



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
Programa de Pós-graduação em Economia
Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas

DENISE DA SILVA MACHADO RABELO

**ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ELO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO. UM ESTUDO NA FÁBRICA SOCIAL
DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA

2021

DENISE DA SILVA MACHADO RABELO

**ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ELO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO. UM ESTUDO NA FÁBRICA SOCIAL DO
DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE – Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior

Brasília

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

DENISE DA SILVA MACHADO RABELO

ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ELO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO. UM ESTUDO NA FÁBRICA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília. A candidata foi considerada _____ pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior
Orientador

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Júnior
Examinador Interno

Profa. Dra. Tatiane Regina Petrillo Pires de Araújo
Examinador Externo

Brasília, 10 de fevereiro de 2021.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas, Graças a Deus, não sou o que era antes”. (Marthin Luther King)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, pois, apesar de tantas adversidades durante esse período, capacitou-me e deu-me saúde para concluir com êxito esta jornada.

Ao Alexandre, meu esposo e grande companheiro de todas as horas.

Aos meus filhos, Isaac e Isadora, que por vezes tiveram que abrir mão da atenção, do carinho e do aconchego da mamãe.

Aos meus pais, Isaías e Oleni, e aos meus irmãos, Ronaldo e Adriana, apoiadores incondicionais em todas as minhas aventuras acadêmicas.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Luciana Freitas, grande amiga e apoiadora incondicional.

Aos meus amigos Andréa Ulhoa e Antônio César Brito, pessoas que foram essenciais e sem as quais seria muito difícil começar ou concluir este mestrado.

Aos colegas da Fábrica Social/Setrab, Daniela, Suzete, Marielly, Michelle e Allan, por todo apoio e disposição em prol desta pesquisa.

Aos alunos do Programa Fábrica Social que prontamente responderam aos questionários da pesquisa.

Ao professor e orientador, Dr. Antônio Júnior, que me acolheu com tanta paciência e carinho.

RESUMO

A crise financeira que afeta a economia brasileira desde 2014, agravada em 2020 pela pandemia por Corona vírus, obrigou as instituições e também os trabalhadores formais e informais e buscarem alternativas para a geração de renda. Neste contexto, o empreendedorismo despontou como alternativa viável contra o desemprego e em prol da garantia de renda. A educação empreendedora assume, então, o papel de formar novos empreendedores, favorecendo seu êxito na geração de renda e na autonomia financeira. Exemplo de iniciativa de educação empreendedora, o Programa Fábrica Social destina-se à capacitação para o empreendedorismo de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Este programa alinha-se às políticas públicas voltadas à inclusão social pelo trabalho, por meio da empregabilidade, do empreendedorismo e da economia solidária. A pesquisa em tela objetivou analisar as ações estratégicas desenvolvidas pelo Programa Fábrica Social na dinâmica empreendedora, quanto aos efeitos de suas ações em prol da formação empreendedora, verificando a validade da iniciativa. O percurso metodológico incluiu, em sua dimensão teórica, o diálogo entre as teorias sobre empreendedorismo e os princípios filosófico-metodológicos do Programa Fábrica Social; em sua dimensão empírica confrontam-se tais conceitos e teorias com os dados coletados por meio de questionários aplicados aos alunos do Programa Fábrica Social. O estudo evidenciou que o programa tem atuação relevante no desenvolvimento do perfil empreendedor de seus alunos, favorecendo a inclusão social e a geração de renda deste público e, embora aprimoramentos e adaptações sejam necessários, como evidenciou o contexto da pandemia, reconhece-se a validade da iniciativa e recomenda-se a expansão dessa política pública.

Palavras-chave: Programa Fábrica Social. Empreendedorismo. Educação Empreendedora. Empreendedorismo Social.

ABSTRACT

The financial crisis that has affected the Brazilian economy since 2014, aggravated in 2020 by the pandemic due to the Coronavirus, forced institutions and formal and informal workers to seek alternatives for income generation. In this context, entrepreneurship emerged as a viable alternative against unemployment and for the guarantee of income. Entrepreneurial education then takes on the role of training new entrepreneurs, favoring their success in generating income and financial autonomy. An example of an entrepreneurial education initiative, the Social Factory Program is designed to train the entrepreneurship of people in situations of social vulnerability. This program is in line with public policies aimed at social inclusion through work, employability, entrepreneurship, and the solidarity economy. The research on screen aimed to analyze the strategic actions developed by the Social Factory Program on entrepreneurial dynamics, regarding the effects of their actions in favor of entrepreneurial training, verifying the validity of the initiative. The methodological path included, in its theoretical dimension, the dialogue between the theories on entrepreneurship and the philosophical and methodological principles of the Social Factory Program. In its empirical dimension, such concepts and theories are confronted with the data collected through questionnaires applied to students of the Social Factory Program. The study showed that the Social Factory Program has a relevant role in the development of its students' entrepreneurial profile, favoring social inclusion and income generation for this public and, although improvements and adaptations are necessary, as evidenced by the context of the pandemic, it is a fact that the initiative is valid and the expansion of this public policy is recommended.

Keywords: Social Factory Program. Entrepreneurship. Entrepreneurial Education. Social Entrepreneurship.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Evolução da taxa de desemprego e da taxa de atividade – PED/DF – 2017, 2018 e 2019.
- Gráfico 2 Distribuição dos ocupados segundo formas de inserção Distrito Federal – 1º semestre de 2019 (%).
- Gráfico 3 Distribuição dos empreendedores (1), por Grupos de Regiões Administrativas do DF 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019.
- Gráfico 4 Valor médio mensal do Auxílio Pecuniário 2018, 2019 e 2020, mês a mês.
- Gráfico 5 Valor médio mensal do Auxílio Pecuniário 2018, 2019 e 2020.
- Gráfico 6 Região Administrativa.
- Gráfico 7 Nível de escolaridade.
- Gráfico 8 Quantidade de filhos.
- Gráfico 9 Usuários de políticas públicas de assistência social do DF.
- Gráfico 10 Auxílio financeiro do Governo para compor a renda familiar.
- Gráfico 11 Empreendia/tinha um negócio antes do Programa Fábrica Social.
- Gráfico 12 Conhecimento de empreendedorismo antes de iniciar o curso no Programa Fábrica Social.
- Gráfico 13 A sua maior dificuldade em empreender é a falta de recursos financeiros para compra de equipamentos/insumos?
- Gráfico 14 Ao entrar no Programa Fábrica Social, a minha expectativa era ser empresário (a) na área do curso.
- Gráfico 15 O curso me proporcionou conhecimento sobre empreendedorismo e vontade de abrir meu próprio negócio.
- Gráfico 16 Eu me sinto totalmente preparado (a) para empreender / abrir meu negócio, após ter passado pelo Programa Fábrica Social.
- Gráfico 17 Eu pretendo aperfeiçoar meus conhecimentos fazendo novos cursos na área de empreendedorismo.
- Gráfico 18 A partir dos conhecimentos adquiridos no Programa Fábrica Social, a minha renda familiar aumentou com a venda de itens adquiridos por mim durante a pandemia.
- Gráfico 19 Você acredita que o Programa Fábrica Social é um incentivo para as pessoas se desenvolverem e gerarem renda?

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio Brasil 2019
Tabela 2	Distribuição dos empreendedores, setor de atividade Distrito Federal – 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019 (%)
Tabela 3	Rendimento médio real (1) dos empreendedores, por posição na ocupação Distrito Federal – 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019
Tabela 4	Auxílio Pecuniário 2020 - Fábrica Social
Tabela 5	Valor médio do Auxílio por Aproveitamento Individual (Produtividade) durante a pandemia.

LISTA DE QUADROS

- | | |
|----------|---|
| Quadro 1 | Principais entendimentos internacionais sobre empreendedorismo social |
| Quadro 2 | Principais conceitos sobre empreendedorismo social disseminados no Brasil |
| Quadro 3 | Empreendedorismo Empresarial – Empreendedorismo Social |
| Quadro 4 | Características do empreendedor social |

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Auxílio Alimentação
AAI	Auxílio por Aproveitamento Individual
AT	Auxílio Transporte
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DICAC	Diretoria de Cadastro e Acompanhamento
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IA	Adicional de Incentivo por Assiduidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal
SIAS	Subsecretaria de Integração de Ações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1. EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E PRINCIPAIS TEORIAS	17
1.1.1. As Origens do Empreendedorismo	17
1.1.2. Teorias Atuais de Empreendedorismo	19
1.1.3. Empreendedorismo e interdisciplinaridade	22
1.1.4. Características do Empreendedor	23
1.1.5. Empreendedorismo no Brasil	25
1.1.6. Percepções dos Especialistas sobre o Ambiente para Empreender.....	26
1.1.7. Recomendações de especialistas para o desenvolvimento do empreendedorismo.....	28
1.2. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	28
1.3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL	30
1.3.1. Características do empreendedor social	35
1.3.2. Perspectivas para o empreendedorismo social no Brasil.....	36
2. PESQUISA DOCUMENTAL	38
2.1. EMPREGO E RENDA NO DISTRITO FEDERAL	38
2.1.1. Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF – Empreendedorismo	38
2.2. O PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL	42
2.2.1. Marco Regulatório	42
2.2.2. Inserção regional	43
2.2.3. Conceituação.....	44
2.2.4. Objetivos e organização do Programa Fábrica Social	49
2.2.5. Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas	51

2.2.6. O mundo do trabalho como eixo integrador do Programa Fábrica Social	53
2.2.7. Indicadores teórico-metodológicos do programa	55
3. PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DE DADOS	58
3.1. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	58
3.2. APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	60
3.2.1. Levantamento de dados do Programa Fábrica Social	60
3.2.2. A Pesquisa de Campo	65
3.2.2.1. Amostra	65
3.2.2.2. Estruturação dos questionários	66
3.2.2.3. Aplicação dos questionários	66
3.2.3. Apresentação e análise dos resultados	67
3.2.3.2. Perfil Socioeconômico	67
3.2.3.3. Conhecimentos sobre empreendedorismo e o papel do Programa Fábrica Social	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

Os indicadores econômicos e financeiros do país apontam que a economia brasileira vem sofrendo queda desde o ano de 2014, o que colaborou para a implantação de uma crise em diversos setores produtivos e de prestação de serviços. Ademais, segundo dados apresentados pelo IBGE, nos anos de 2015 e 2016, houve retração do PIB, de 3,5% e 3,3%, respectivamente. Como consequência, diversas empresas foram fechadas, houve queda da atividade econômica, diminuição do consumo e aumento do número de desemprego.

Embora o PIB tenha crescido 1,3% nos anos de 2017 e 2018 e 1,1% em 2019, o que demonstra uma recuperação, ainda que lenta, em todos os setores econômicos, os níveis de desemprego mantiveram-se elevados. Já em 2020, devido aos efeitos econômicos sofridos com a pandemia do COVID-19, segundo dados do IBGE do terceiro trimestre do ano, o PIB acumulado do ano, até o mês de setembro, apresentou retração de 5,0% em relação a igual período de 2019.

No Distrito Federal, conforme divulgado pela Codeplan, a taxa de desemprego foi de 17,8% em novembro de 2020, o que significa dizer que, naquele período, do total da população do DF, 288 mil pessoas estavam desempregadas.

Diante desse cenário, o empreendedorismo apresenta-se como uma das alternativas para inclusão da força de trabalho, decorrente dos efeitos do desemprego, pois “[...] é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20” (TIMMONS, 1990).

Embora seja muito presente no cotidiano, a definição e o campo de estudo do empreendedorismo ainda vêm sendo muito discutidos, sem se chegar a um consenso pelos cientistas.

Na sua pesquisa, o GEM – Global Entrepreneurship Monitor – conclui que “a criação de empresas é o instrumento mais eficaz para a geração de empregos, o crescimento econômico, o desenvolvimento social e, conseqüentemente, para combater a pobreza em uma sociedade”.

Nesse sentido, o empreendedorismo social surge buscando a missão de contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico, em uma conjuntura de aumento dos problemas sociais, da queda dos investimentos públicos na área social, do forte surgimento das organizações do terceiro setor e de iniciativas de enfrentamento social das próprias empresas.

O empreendedorismo social visa a gestão de um empreendimento coletivo que promova o desenvolvimento sócio-econômico de uma região. Para Menezes (2016), trata-se da inclusão de pessoas sem renda no processo criativo e produtivo, podendo gerar grandes transformações sociais, com base na ação solidária de membros de uma comunidade. Além disso, amplia o campo de ação da gestão social tradicional, com visão empreendedora de negócios com propósitos sociais, como os bancos de desenvolvimento comunitário com fins de lucro e organizações híbridas, juntando elementos sem fins lucrativos com os lucrativos. Assim, o empreendedor social busca os métodos mais efetivos que sirvam à sua missão social.

O presente estudo está inserido no contexto do Programa Fábrica Social, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, que consiste em um centro de formação criado para qualificar e capacitar profissionalmente pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Programa compõe e fortalece, de maneira relevante, as políticas públicas sociais com vistas à inclusão de alunos no mundo do trabalho, seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária, sobremaneira na oferta de cursos de qualificação social e profissional desses cidadãos.

Independente da condição social e área de formação profissional, identifica-se a necessidade de desenvolvimento de um novo perfil profissional, capaz de explorar os espaços para empreendedorismo, o que leva a crer que a educação empreendedora abre um conjunto de opções, oportunidades e possibilidades de aprendizado ao aluno, que vão além dos conceitos puramente técnicos, proporcionando-lhes um novo caminho, pautado em descobertas em direção ao desenvolvimento e ao crescimento profissional, com intuito de provocar um estímulo à mudança de comportamento.

Além dos fatores já elencados, a falta de qualificação colabora para a não ocupação dos postos de trabalho, o que pressupõe que é preciso investir na capacitação e qualificação da população, especialmente no que se refere a pessoas em situação de vulnerabilidade social que, pelas condições sociais em que se encontram, acabam sendo excluídas do acesso ao emprego e/ou de empreender por não terem oportunidades de se capacitar. Assim, o Programa Fábrica Social desempenha um papel fundamental, pois oferece, anualmente, capacitação e qualificação profissional para 1.200 pessoas, em média, nas áreas de confecção de vestuário, acessórios e materiais esportivos, construção civil, jardinagem e cultivo de alimentos, marcenaria e instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos.

Destaca-se a formação empreendedora ofertada em todos os cursos, por meio do módulo “**Empreendedorismo e Negócios**”, que busca desenvolver as competências de autogestão, de empreendimento, de trabalho em equipe, dentre outras. Ao se apresentar e discutir esses temas, busca-se estimular e incentivar a formação de gestores, com vistas ao mercado de trabalho e à gestão do próprio negócio.

Impulsionados pela crise gerada pela pandemia do COVID-19, os alunos do Programa buscaram, na atividade empreendedora, uma alternativa de geração de renda, por meio da venda de produtos que aprenderam a confeccionar durante os cursos, como por exemplo máscaras de tecido.

Partindo desses pressupostos, o questionamento central desta pesquisa relaciona-se ao efeito das ações do Programa Fábrica Social na formação empreendedora, sob a perspectiva dos alunos, de forma a proporcionar argumentação mensurável da validade de tal política e, como objetivo principal, propõe analisar a percepção dos alunos sobre os efeitos do Programa Fábrica Social e seus impactos no aumento de conhecimento sobre empreendedorismo e na ação empreendedora.

Para alcançar o objetivo proposto e a resposta ao questionamento motivador da pesquisa, procuramos apresentar e discutir as principais teorias sobre empreendedorismo, embora, como dissemos anteriormente, não haja um consenso sobre o assunto. Além disso, intentamos analisar como a formação em

empreendedorismo realizada pelo Programa Fábrica Social impactou no desenvolvimento de um perfil socioeconômico e empreendedor em alunos após sua inserção no Programa.

Nesse sentido, este estudo está estruturado em 3 capítulos, além da introdução e da conclusão. Nesta Introdução foram apresentados os objetivos do estudo, evidenciando o problema de pesquisa. O capítulo 1 apresenta a Pesquisa Bibliográfica, que subsidiou o levantamento teórico e a definição conceitual sobre empreendedorismo, educação empreendedora e empreendedorismo social. No Capítulo 2, desenvolvemos uma Pesquisa Documental, que possibilitou o detalhamento dos dados socioeconômicos do Distrito Federal, traçando um panorama sobre emprego e renda e sobre desemprego e empreendedorismo. Subsidiou, ainda, a caracterização do Programa Fábrica Social em relação aos seus objetivos e estratégias de implementação. No terceiro capítulo, apresentamos a pesquisa de campo, por meio da qual realizou-se um levantamento da percepção dos alunos matriculados no programa no que diz respeito à efetividade das ações educadoras e impulsionadoras do empreendedorismo com foco na geração de renda. E, por fim, a conclusão deste estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E PRINCIPAIS TEORIAS

1.1.1. As Origens do Empreendedorismo

Desde o início da formação do Brasil, o empreendedorismo esteve presente nas relações que estabeleceram a formação do país, embora o uso do termo seja algo recente. Quanto à origem, conforme destaca Dees (1998), o "empreendedor" surgiu na economia francesa por volta dos séculos XVII e XVIII, remetendo àqueles sujeitos que se comprometem com um trabalho ou uma atividade específica e significativa, além de serem indivíduos ousados que estimulam o progresso econômico, buscando novas e melhores formas de fazer as coisas.

Os conceitos e aplicações sobre empreendedorismo foram analisadas inicialmente por estudos clássicos de Richard Cantillon (1755), Jean Baptiste Say (1814) e John Stuart Mill (1848).

Segundo Rigueiro (2014), o termo empreendedorismo foi usado pela primeira vez em 1755, por Cantillon, que destaca que empreendedores compravam matéria-prima por um determinado preço com o objetivo de processá-la e revendê-la por um valor ainda não definido. Nesse sentido, eram pessoas que aproveitavam as oportunidades com a perspectiva de obterem lucros, assumindo todos os riscos. Sabe-se que tanto o empreendedor quanto o capitalista tem papel essencial no desenvolvimento econômico. A diferença é que o capitalista é aquele que fornece e o empreendedor o que assume riscos.

Para o economista francês Jean Baptiste Say, citado por Dees (1988), "O empreendedor move recursos econômicos de uma área de baixa para uma área de maior produtividade e grande retorno", de forma criativa, gerando valor.

Dees (op cit) destaca também que o economista austríaco Joseph Schumpeter descreveu os empreendedores como os inovadores que dirigem o processo "criativo-destrutivo" do capitalismo. Para ele, "a função do empreendedor é reformar ou revolucionar o modelo de produção", o que pode ocorrer de diferentes maneiras:

[...] explorando uma invenção ou, mais genericamente, uma possibilidade tecnológica ainda não testada para produzir novas mercadorias, ou uma antiga já existente de uma nova maneira; criando uma nova fonte de suprimento de materiais ou uma nova forma de escoamento de produtos; reorganizando uma indústria e assim por diante.

Assim, para Schumpeter, os empreendedores são os agentes de mudança na economia, ou seja, pessoas que, servindo novos mercados ou criando novos meios para fazer as coisas, movem a economia para frente.

Nessa perspectiva, para Rigueiro (2014), Joseph Schumpeter (1942) introduz a ideia de que um empreendedor é um inovador, um agente de mudança. O conceito de inovação utilizado por Schumpeter refere-se a uma abordagem holística, como introdução de novos produtos, processos, formatos organizacionais e matérias-primas. Nesse sentido, empreender é renovar e buscar permanentemente novas oportunidades, gerando novos desequilíbrios, em um processo contínuo de destruição criadora. A destruição criadora foi um conceito popularizado por esse autor, que traduz o processo de inovação, numa economia de mercado, na qual novos produtos destroem empresas e modelos de negócios antigos. Assim, a inovação é a chave do crescimento econômico a longo prazo e o processo de destruição criadora é a essência do capitalismo, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias ou do aprimoramento de uma antiga.

Rigueiro ainda destaca que a inovação tecnológica apontada por Schumpeter (1982) envolve três aspectos: a invenção, a inovação e a difusão de novas ideias (novos processos e conseqüentemente novos produtos). Na opinião desse autor, o desenvolvimento econômico só pode ser alcançado por meio da inovação, compreendida por novas formas de produção e consumo, em substituição às antigas. Esse processo se dá por indivíduos com características empreendedoras, sendo eles os protagonistas dessas mudanças. Assim, Schumpeter (1949), citado por Dornelas (2001), conceitua empreendedor como aquele que “[...] destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.” (SCHUMPETER, 1949 apud DORNELAS, 2001, p. 37)

Para Dees (1998), embora outros economistas possam ter usado o termo empreendedorismo com diversas ênfases, as teorias de Say e Schumpeter, que

identificam os empreendedores como os catalisadores e inovadores por trás do progresso econômico, serviram de base para o uso contemporâneo desse conceito.

1.1.2. Teorias Atuais de Empreendedorismo

Autores contemporâneos têm apresentado conceitos diversos sobre empreendedorismo, tendo como base, principalmente, Say e Schumpeter. Conforme destacado por Dees (1998), Peter Drucker parte da definição de Say, mas a expande com foco em oportunidades. Drucker não vê os empreendedores causando mudanças, mas explorando as oportunidades que as mudanças criam (na tecnologia, na preferência dos consumidores, nas normas sociais etc.), pois dessa maneira define-se empreendedor e empreendedorismo: “[...] o empreendedor sempre busca a mudança, a responde e a explora como uma oportunidade”. A noção de “oportunidade”, relacionada a esse conceito, significa criar valor. Nesse sentido, os empreendedores veem mais as possibilidades do que os problemas criados pelas mudanças.

A inovação sistemática consiste na busca deliberada e organizada de mudanças e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer para a inovação econômica ou social. Assim, para Drucker (2005), as organizações inovadoras deverão ser capazes de administrar pessoas que transformem suas ideias em tecnologias, em produtos e processos, que busquem sempre o novo.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se entender que uma atitude de caráter inovador é essencial para uma ação empreendedora, como a criação de algo novo ou que haja combinação de recursos existentes, visando a criação e/ou desenvolvimento de um novo produto ou processo (MELLO et al, 2010).

Nesse sentido, conforme aponta Julien (2010), outros autores destacam também a inovação, dentre os quais pede-se citar Curran e Burrows (1986), para quem o empreendedor constitui fundamentalmente “um processo inovador [...]”, o que

exclui as reproduções de empresas ou simples recuperações, como as que são feitas pelos administradores.

Motta e Trevisan (2004) afirmam que a inovação sistemática consiste no monitoramento de sete fontes para uma oportunidade inovadora. Dessas, as quatro primeiras estão dentro da instituição e são visíveis: o inesperado (sucesso, fracasso ou evento externo); a incongruência (entre a realidade e o deveria ser); a inovação baseada na necessidade do processo e as mudanças na estrutura do setor industrial ou do mercado. As outras três fontes são externas, a saber: as mudanças demográficas (populacionais); as mudanças de percepção, disposição e significado e, também, o conhecimento novo, científico ou não.

Ainda de acordo com os autores citados, as sete fontes requerem análises em separado, pois cada uma tem características bem definidas e nenhuma área é mais importante ou produtiva que outra. As inovações importantes têm tanta probabilidade de surgir a partir de uma análise de sintomas de mudança, como de surgir da aplicação do conhecimento novo resultante de uma grande descoberta científica. Contudo, a sequência em que as fontes serão discutidas não é arbitrária, e sim disposta em uma ordem crescente de confiabilidade e previsibilidade, pois o conhecimento novo não é a fonte mais confiável e previsível de inovações bem-sucedidas.

Para Dornellas (2003, p. 35), empreendedorismo é “fazer diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados.”

Um dos principais teóricos do empreendedorismo na Escola de Administração de Harvard (Harvard Business School), Howard Stevenson, diferencia gestão empreendedora de gestão "administrativa". Citando esse teórico, Dees (1998) explana que empreendedores mobilizam os recursos dos outros para alcançar objetivos empreendedores e que administradores permitem que seus recursos existentes e a descrição das suas tarefas restrinjam suas visões e ações. Assim, uma vez mais temos uma definição de empreendedorismo que não é limitada à abertura de negócios.

Julien (2010) apresenta uma visão processual do empreendedorismo mencionada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE, 2003), a qual o descreve como “uma maneira de ver as coisas em processo para criar e desenvolver atividades econômicas com base em risco, criatividade e inovação de gestão, no interior de uma organização nova ou já existente”.

Nessa mesma vertente, Hernandez (1999), citado por Mello et al (2010), descreve o processo de empreendedorismo a partir da identificação da oportunidade de negócio, da acumulação de recursos e da comercialização de produtos e serviços. Além disso, para Austin (2006), a oportunidade pode ser equiparada a uma atividade qualquer que exige o investimento de recursos escassos na esperança de um retorno futuro.

Sintetizando os conceitos apresentados por Schumpeter (1982) e Baron e Shane (2007), Mello et al (2010) destacam que o empreendedorismo envolve reconhecer as oportunidades para criar algo novo, desenvolver um novo mercado, utilizar matéria-prima nova ou desenvolver um novo meio de produção. Além disso, apresentam a pesquisa de Gartner (1990), realizada com estudiosos e empreendedores, em que se identificaram elementos como empreendedor, inovação, criação de organizações e criação de valor, que foram mencionados para expressar o significado investigado.

Os mesmos autores citam Davidsson (2005), para quem a pesquisa sobre empreendedorismo não deve apenas estudar o surgimento de novas organizações, mas também de novos mercados (bens e serviços), tanto inovadores como imitativos. Dessa forma, sempre que houver reação no mercado, é possível configurar a atitude empreendedora.

Diante da impossibilidade de consenso ao se definir empreendedorismo, convém destacar Baron e Shane (2007, p. 6), que consideram que:

[...] definições são sempre traiçoeiras, e para uma área nova como o empreendedorismo, a tarefa é ainda mais complexa. Não é de surpreender, então, que não exista atualmente um consenso sobre a definição de empreendedorismo como uma área de estudos dos negócios ou como uma atividade em que as pessoas se envolvem. Dito isso, devemos observar que uma definição apresentada recentemente por Shane e Venkataraman tem recebido aceitação crescente.

Devido ao dinamismo e à complexidade do empreendedorismo, existem interpretações com diferentes ângulos, algumas com o foco no mercado e suas

transformações, outras no empreendedor e em seu comportamento. Portanto, para Davidsson (2005), é importante a definição de um referencial teórico como alicerce para o desenvolvimento dos estudos, para não tornar as análises superficiais, conforme destacado por Mello et al (2010).

1.1.3. Empreendedorismo e interdisciplinaridade

O processo de empreender exerce influência e é influenciado por vários fatores de vida e interação social, como a cultura local, o desenvolvimento econômico regional, as características individuais, entre outros aspectos. Conforme destacado por Mello et al (2010), uma abordagem interdisciplinar, que utilize os campos da Psicologia, da Economia, da Teoria Organizacional, das Finanças, da Estratégia, da Tecnologia Gerencial e de Políticas Públicas, é interessante para criar um esquema conceitual visando uma melhor compreensão sobre Empreendedorismo.

Partindo desse pressuposto, para atingir a compreensão do assunto, Julien (2010) ressalta que é preciso considerar diferentes tipos de indivíduos (de acordo com a idade, sexo, origens, formação do empreendedor etc), diferentes formas de organização (de acordo com o porte da empresa, o setor, laços com outras empresas etc), diversos ambientes socioeconômicos e diversas épocas. Nesse sentido, é necessário recorrer a variadas abordagens, como a antropológica e a psicológica, a geográfica e a econômica, embora saiba-se que não esgotarão o assunto.

Mello et al (2010) ressaltam que, para os estudiosos de empreendedorismo, a utilização de ferramentas teóricas desenvolvidas por outras áreas, como as citadas acima, deveria ser uma orientação essencial, visto que tais disciplinas também contribuem para o desenvolvimento do contexto organizacional.

É improvável que o empreendedorismo possa ser explicado somente pelas características pessoais, tendo influência do ambiente. A esse respeito, Shane (2003), citado por Mello et al (2010), propõe um modelo amplo de processo empreendedor, o qual compreende:

1. características dos indivíduos: fatores psicológicos e demográficos;

2. ambiente: macro e micro econômico;
3. oportunidades empreendedoras;
4. descoberta de oportunidades;
5. exploração de oportunidades;
6. execução do empreendimento: reunião de recursos, desenho organizacional e estratégia.

1.1.4. Características do Empreendedor

Nascimento Júnior, Dantas e Santos (2005) utilizam o argumento de Fillion (1999a) para destacar que, embora nenhum perfil científico do empreendedor tenha sido traçado, as pesquisas têm sido fontes de várias linhas mestras para futuros empreendedores, ajudando-os a situar-se melhor. O que se procura conhecer são as características mais comuns encontradas em empreendedores bem sucedidos, para que se possa aprender a agir, adotando-se comportamentos considerados adequados.

Dentre os autores estudados por Nascimento Júnior, Dantas e Santos (2005), destaca-se a pesquisa de Verás (1999, p. 15), em que o psicólogo americano David McClelland, da Universidade de Harvard, traçou dez características fundamentais para o empreendedor de sucesso: a) iniciativa na busca de oportunidades; b) capacidade de correr riscos; c) persistência; d) comprometimento; e) objetividade no estabelecimento de metas; f) capacidade para buscar e valorizar as informações; g) persuasão e rede de contatos; h) independência e autoconfiança; i) exigência na qualidade; j) eficiência.

Os autores também citam Lezana (1999), para quem há cinco eixos principais que incluem as características do empreendedor: 1. necessidade (aprovação, independência, desenvolvimento pessoal, segurança e autorrealização), 2. conhecimento (aspectos técnicos relacionados com o negócio, experiência na área comercial, escolaridade, experiência em empresas, formação complementar e

vivência com situações novas), 3. habilidades (identificação de novas oportunidades e pensamento criativo, comunicação persuasiva e negociação), 4. aquisição de informações e 5. resolução de problemas (valores existenciais, estéticos, intelectuais, morais e religiosos).

Para Bringham et al. (1999, p. 208), citados por Nascimento Júnior, Dantas e Santos (2005), as principais características do empreendedor passam essencialmente por diversos aspectos, como iniciativa, alto poder de persuasão, correr risco calculado, postura gerencial flexível, criatividade, independência, habilidade para resolver problemas, mover-se por metas específicas, imaginação, crença no poder de controlar o futuro dos empregados, liderança, alta capacidade de trabalho, entre outros.

Pedroso, Massukado-Nakatani e Mussi (2009) ressaltam que, embora não haja perfil científico definido, para Fillion (1999b), o empreendedor é criativo, capaz de estabelecer objetivos e os perseguir, detecta oportunidades de negócios, toma decisões moderadamente arriscadas, objetiva a inovação e continua a desempenhar um papel empreendedor, além de ser uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.

De Ré (2000), citada por Campelli et al (2011), sustenta que as características predominantes dependem dos fatores de negócios e do processo comportamental do empreendedor. Ainda assim, a autora identifica a existência de características presentes em personalidades empreendedoras, independentemente do ramo de atuação.

Citados por Pedroso, Massukado-Nakatani e Mussi (2009), Sohn, Lenzi e Kiesel (2004) afirmam que é possível observar que, para Schumpeter e Drucker, o empreendedor não é aquela pessoa que apenas "faz as coisas acontecerem", mas sim que faz as coisas novas acontecerem, pois têm em sua essência a busca pela inovação.

Observa-se, portanto, que muitos autores e teóricos descrevem as características e o perfil do empreendedor, embora não haja unanimidade nesses apontamentos, tendo em vista que cada um as descreve de forma diferente.

1.1.5. Empreendedorismo no Brasil

De acordo com os dados do último Relatório elaborado pelo programa de pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), de abrangência mundial, que avalia anualmente o nível nacional da atividade empreendedora, no que se refere ao empreendedorismo brasileiro, no ano de 2019, o Brasil apresentou uma taxa de empreendedorismo total de 38,7%, o que revelou, mais uma vez, em comparação com outros anos, o quanto o empreendedorismo é presente e sentido no cotidiano de grande parte da população brasileira.

Em números absolutos, estima-se que haja 53,5 milhões de brasileiros, entre 18 e 64 anos, à frente de alguma atividade empreendedora, envolvidos na criação de novo empreendimento, seja consolidando um novo negócio ou realizando esforços para manter um empreendimento já estabelecido.

Tabela 1 – Percentual dos empreendedores iniciais segundo as motivações para iniciar um novo negócio – Brasil 2019.

Motivação	Taxas
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	88,4
Para fazer diferença no mundo	51,4
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	36,9
Para continuar uma tradição familiar	26,6

Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Empreendedores iniciais que responderam afirmativamente cada uma das questões. As questões não são excludentes, ou seja, o empreendedor poderá ter respondido afirmativamente para mais de uma.

Em relação às motivações para empreender, conforme dados da tabela 1, 88,4% dos empreendedores iniciais concordam que a escassez de emprego constitui uma das razões para desenvolver a iniciativa empreendedora com a qual estão envolvidos, enquanto 51,4% relataram que “fazer a diferença no mundo” (contribuir para um mundo melhor) foi um dos motivos que os levaram a empreender.

Observou-se, ainda, que o empreendedorismo no Brasil está voltado essencialmente para o mercado interno, em relação à procedência dos clientes, e que

apenas 3% dos empreendedores, sejam iniciais ou estabelecidos, afirmam que têm ou terão clientes de fora do Brasil.

Outro aspecto importante mensurado na pesquisa foi o grau de novidade do produto e da tecnologia utilizados. Pouco mais de 10% dos empreendedores iniciais indicam que seu produto e tecnologia são novos no local onde atuam, e cerca de 90% afirmam que não são, ou seja, os produtos ou serviços que oferecem ao mercado já são do conhecimento e uso por parte do seu público consumidor.

Observa-se, então, que, apesar de existirem registros de empreendimentos que propõem algo novo no contexto brasileiro, nenhum empreendedor estabelecido considera seu produto novo no Brasil ou para o mundo. Portanto, a inovação no empreendedorismo brasileiro ainda se restringe ao nível local, com pouca expressão quando se trata do âmbito nacional e imperceptível no âmbito internacional.

1.1.6. Percepções dos Especialistas sobre o Ambiente para Empreender

A pesquisa acima citada procurou identificar os principais fatores favoráveis para a abertura e manutenção de novos negócios. Segundo especialistas entrevistados em 2019, dentre os fatores que interferem positivamente para a abertura de negócios, destacam-se a *Capacidade Empreendedora*, *Abertura de mercado e internacionalização*, *Características da Força de Trabalho* e *Composição da População Percebida*.

A *Capacidade Empreendedora*, respondida por 47% dos entrevistados, refere-se às condições e às perspectivas que as pessoas têm para iniciar um novo negócio e ao correspondente domínio de competências necessárias para liderar uma iniciativa empreendedora. Isso revela, sobretudo, traços da personalidade do brasileiro, como a criatividade e a capacidade de se adaptar a situações adversas, resultando em oportunidades para serem exploradas pelos empreendedores.

A *Abertura de mercado e internacionalização*, elencada em 33,3%, é a extensão do Brasil, tanto territorial como do mercado consumidor, e pode ser fonte de estímulo para a criação de novos empreendimentos.

As *Características da Força de Trabalho e Composição da População Percebida*, respondida por 31,8% dos entrevistados, refere-se à composição da população, destacando-se o tamanho e a diversidade da população brasileira, com etnias diferentes que convivem de forma pacífica, características essas consideradas favoráveis para a inovação e o empreendedorismo.

Em relação aos fatores limitantes para o empreendedorismo no Brasil, as menções feitas pelos especialistas ouvidos pelo GEM em 2019 concentram-se nas políticas governamentais, no clima econômico ou contexto político, institucional e corrupção e apoio financeiro.

No que se refere às políticas governamentais, destacadas por 47,8% dos respondentes, vinculam-se a iniciativas de aprimoramento no sentido de favorecer o ambiente empreendedor, como as relacionadas à burocracia para abrir e operar um empreendimento e à elevada carga tributária.

O Clima Econômico ou Contexto Político, Institucional e Social e Corrupção, destacado por 43,3% dos entrevistados, afeta constante e negativamente o êxito do empreendedorismo no país, tendo em vista os casos de corrupção, a instabilidade econômica, o alto custo de capital, as mudanças constantes na legislação, as incertezas do ambiente político, a falta de confiança nas instâncias de poder, a demora e a dificuldade em realizar as reformas necessárias (previdência e tributária).

O terceiro aspecto diz respeito ao Apoio financeiro, destacado por 34,3% dos respondentes e refere-se à captação de recursos financeiros, com ênfase em três aspectos: taxas de juros cobradas pelos bancos para o acesso ao crédito produtivo, o nível de exigência de garantias ao tomador para efetivar uma operação de financiamento e o excesso de procedimentos burocráticos que frequentemente restringem o empreendedor na obtenção de recursos para o seu negócio.

1.1.7. Recomendações de especialistas para o desenvolvimento do empreendedorismo

Conforme ressaltado pela pesquisa acima citada, cerca de 60% das recomendações feitas pelos especialistas indicam “políticas governamentais” e “educação e capacitação” como fatores fundamentais para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Nesse sentido, no que se refere a políticas governamentais, destaca-se a necessidade de simplificar e reduzir a tributação, criando um imposto único para todas as esferas. Além disso, é necessário revisar amplamente as legislações vigentes, minimizando os níveis de insegurança jurídica no ambiente de negócios no Brasil, bem como estabelecer um pacto entre os entes federativos e a sociedade em torno das políticas públicas reconhecidamente positivas, assegurando a estabilidade dos programas de apoio operacional e financeiro ao empreendedorismo.

Em relação à educação, destaca-se a importância de instituir, como política de Estado, a educação empreendedora, priorizando a formação técnica, tecnológica e científica nos diferentes níveis educacionais. Isso pode ser alcançado incluindo-se, na educação básica, noções de educação financeira e de empreendedorismo como temas transversais. Além disso, torna-se fundamental conceber a educação empreendedora como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento pessoal e criar programas de competição relacionados a novos negócios inovadores, semelhantes aos já existentes, como a Olimpíada de Matemática e as competições de robótica.

1.2. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Considerado como uma possibilidade para o desenvolvimento social e econômico, o fenômeno do empreendedorismo passou a ser estudado por muitos autores, inclusive dando-se ênfase à educação empreendedora, bem como sua prática e implantação, conforme apontado por Johan, Krüger e Minello (2018).

Nessa linha de pensamento, Silva e Pena (2017) afirmam que a educação empreendedora vem ganhando espaço no campo acadêmico, à medida que apresenta um importante papel no desenvolvimento da cultura empreendedora na sociedade, além de ser considerada essencial para o desenvolvimento sócio-econômico de um país.

Para Silva e Pena (2017, p. 379), a educação empreendedora consiste em:

[...] um programa ou processo pedagógico com o intuito de desenvolver habilidades e atitudes empreendedoras que priorizam a integração entre estudantes, de modo a desenvolver atividades práticas e análise de casos reais (Cheung, & Au, 2010; Elmuti, Khoury, & Omran, 2012; Fayolle, Gailly, & Lassas-Clerc, 2006; Maritz, & Brown, 2013; Saes, & Pita, 2007).

Essa afirmação relaciona-se à de Johan, Krüger e Minello (2018), ao destacarem que a educação empreendedora permite ao indivíduo vivenciar, de forma prática, o conhecimento, por meio de um processo dinâmico de conscientização, associação e aplicação, com experiências em resultados, por meio da observação direta e participação em atividades empreendedoras. (POLITIS, 2005, apud JOHAN; KRÜGER; MINELLO, 2018)

Por esse motivo, para Henrique e Cunha (2008), citados por Silva e Pena (2017), devem ser empregadas práticas pedagógicas diferentes, com métodos de ensino que despertem nos estudantes maior criatividade e inovação.

Nessa linha de raciocínio, conforme ressaltado por Johan; Krüger e Minello (2018), a forma mais eficiente de ensinar o empreendedorismo é por meio da realidade vivenciada, de forma dinâmica, por meio da aplicação dos conteúdos teóricos relacionados à prática, utilizando-se exemplos reais de negócios e de instituições. Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de o ensino do empreendedorismo ocorrer com metodologias próprias, mais dinâmico e atrativo, e não somente como uma disciplina curricular em todas as esferas, da educação básica ao ensino superior.

Para Dornelas (2015), citado por Silva e Pena (2017), a educação empreendedora deve proporcionar aos estudantes conhecimento sobre o processo empreendedor, as habilidades, a análise de oportunidades e a identificação de fontes de financiamento para o negócio, além de prepará-los com as competências para enfrentarem os desafios em diferentes ambientes de mercado.

A partir de estudos acerca da educação empreendedora, pode-se afirmar que o empreendedor não pode ser compreendido como um sujeito com vocação para empreender, mas como um indivíduo com um conjunto de características que o tornam empreendedor, as quais podem ser desenvolvidas em qualquer indivíduo. (JOHAN; KRÜGER; MINELLO, 2018)

Os autores acima ressaltam que é necessário que as instituições de ensino e as organizações governamentais considerem a educação empreendedora na formação de crianças e jovens, tornando-a atrativa de negócios inovadores e formadora de capital social com elevado nível de conhecimento, pois é um importante fator para o desenvolvimento econômico de uma região.

Esse pensamento vai ao encontro do apontado por Dolabela (2008), ao destacar que, entre as razões para disseminar a educação empreendedora, está o desenvolvimento social e o crescimento econômico. O empreendedorismo cria e aloca valores para indivíduos e para a sociedade, ou seja, é responsável pela inovação tecnológica e pelo crescimento econômico.

Segundo Paul Reynolds, um dos coordenadores do Relatório GEM, citado por Dolabela (2008), a pesquisa “fornece evidências conclusivas de que a principal ação de qualquer governo para promover o crescimento econômico consiste em estimular e apoiar o empreendedorismo, que deve estar no topo das prioridades das políticas públicas”.

O empreendedorismo, portanto, vai além de uma solução para o problema do desemprego. Os indivíduos buscam realizar seus sonhos através do negócio próprio, apesar de todos os riscos apresentados. Ainda segundo Dolabela (2008), nos Estados Unidos, por exemplo, os jovens começaram a perceber que o desenvolvimento das habilidades empreendedoras coloca-os em melhores condições para enfrentar um mundo em constante mudança e oferece vantagens àqueles que preferem disputar a corrida do emprego.

1.3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Empreendedorismo social é um termo novo, um conceito ainda em desenvolvimento e, devido a isso, considerado por alguns estudiosos como um fenômeno mundial, em que o empreendedor social é visto como o responsável na busca de soluções para os mais variados problemas sociais.

Oliveira (2004), em seus estudos sobre o assunto, verificou que parte da pouca bibliografia sobre o tema tem como fontes artigos e trabalhos produzidos em outros países, conforme pode ser verificado no quadro conceitual abaixo

Quadro 1 - Principais entendimentos internacionais sobre empreendedorismo social

ORGANIZAÇÃO	ENTENDIMENTO
School Social Entrepreneurship - SSE, Uk-Reino Unido	"É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários [...] Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'."
Canadian Center Social Entrepreneurship - CCSE, Canadá	"Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social [...] Indivíduos que [...] combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias."
Foud Schwab, Suíça	"São agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de idéias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto-sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam idéias inovadoras e vêem oportunidades onde outros não vêem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social."
The Institute Social Entrepreneurs - ISE, EUA	"Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade."
Ashoka, Estados Unidos	"Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história."
Erwinq Marion, Kauffman Foundation	"Empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento de oportunidade de cumprimento de uma missão para criar e sustentar um valor social, sem se ater exclusivamente aos recursos."

FONTE: Oliveira (2004)

É importante destacar que, para o diretor do Center for the Advancement of Social Entrepreneurship (CASE), Dees (1998), o empreendedorismo social combina uma ênfase na disciplina e no resultado com as noções de geração de valor de Say, de inovação e agentes de mudança de Schumpeter, da busca da oportunidade de Drucker e uso máximo dos valores de Stevenson. Assim, resumidamente, o autor apresenta a seguinte definição:

[...] Os empreendedores sociais desempenham o papel de agentes da mudança no setor social ao adotar uma missão para criar e manter valor social [...]; reconhecer e buscar implacavelmente novas oportunidades para servir a tal missão; engajar-se num processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuo; agir arrojadamente sem se limitar pelos recursos disponíveis; e exibir um elevado senso de transparência para com seus parceiros e público pelos resultados gerados [...] (DEES, 1998)

Conforme destacado pelo autor citado, o impacto social criado é o que figura como alvo final do trabalho do empreendedor social. Apesar disso, sustentar um valor social e não somente valor privado, ou seja, produzir lucro ou criar riquezas, pode ser uma parcela do modelo, todavia, não são seus objetivos centrais.

Cabe apontar o que se entende por valor social. Para Dees (1998), valor social é todo tipo de transformação que promova, de alguma forma, melhoria nas condições mínimas de educação, seja em níveis de ensino formal ou informal, que oportunizem melhor qualidade em moradia e infraestrutura, como saneamento básico, facilidades de locomoção e acessibilidade etc., que promova acesso à informação e à saúde, por meio de nutrição adequada, longevidade etc., além de melhoria do meio ambiente, destacando-se o bom uso dos recursos naturais e a mitigação de impactos causados ao meio, elevação da economia, ampliando-se ofertas de emprego e renda, bem como acesso à cultura e ao lazer por meio da disponibilização de equipamentos públicos e privados em uma região.

Segundo Oliveira (2004), no que se refere aos conceitos disseminados no Brasil, verifica-se uma certa semelhança, conforme observa-se no quadro 2:

Quadro 2 – Principais conceitos sobre empreendedorismo social disseminados no Brasil

AUTOR	CONCEITO
Leite (2002)	"O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita."
Ashoka Empreendedores Sociais e Mackisey e Cia. INC (2001)	"Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o improviso."
Melo Neto e Froes (2001)	"Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia."
Rao (2002)	"Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro."
Rouere e Pádua (2001)	"Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas."

FONTE: Oliveira (2004)

O empreendedorismo social, de maneira geral, pode ser compreendido como um processo de articulação de ideias, possibilidade de oportunidades econômicas e mobilização de recursos humanos e materiais para alcançar a produção de bens e serviços que reduzam problemáticas de ordens social e ambiental (MELO NETO; FROES, 2002).

Conforme destacado acima, e corroborado por Dolabela, o empreendedorismo social deve estar intrinsecamente vinculado a valores: "O empreendedor deve apresentar alto comprometimento com o meio ambiente e com a comunidade, deve ser alguém com forte consciência Social" (DOLABELA, 1999, p.37).

Dessa maneira, o empreendedorismo social visa a gestão de um empreendimento coletivo que promova o desenvolvimento sócio-econômico de uma região. Para Menezes (2016), trata-se da inclusão de pessoas sem renda no processo criativo e produtivo, podendo gerar grandes transformações sociais, com base na ação solidária de membros de uma comunidade.

Fica claro que, tanto nacional quanto internacionalmente, o conceito ainda está em construção, mas, apesar disso, pode-se perceber o estreitamento do empreendedorismo social com a vertente empresarial, devido à crescente participação das empresas no enfrentamento dos problemas sociais, embora haja diferenças significativas, conforme destacado por Oliveira (2014), que ajudam a compreender e definir o empreendedorismo social na atualidade:

Quadro 3 - Empreendedorismo Empresarial - Empreendedorismo Social

EMPREENDEADORISMO EMPRESARIAL	EMPREENDEADORISMO SOCIAL
1. É individual	1. É coletivo
2. Produz bens e serviços	2. Produz bens e serviços à comunidade
3. Tem o foco no mercado	3. Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais
4. Sua medida de desempenho é o lucro	4. Sua medida de desempenho é o impacto social
5. Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio	5. Visa a respeitar pessoas da situação de risco social e a promovê-las

Fonte: Oliveira (2004) - Adaptado de Melo Neto e Froes (2002, p.11)

Corroborando as informações elencadas acima por Oliveira, Dees (1998) afirma que a missão social é a essência do empreendedorismo social e de como se percebem e se avaliam as oportunidades. Isso porque, para os empreendedores sociais, a riqueza é apenas um meio para um determinado fim, enquanto para os empreendedores empresariais a geração de riquezas é uma maneira de mensurar a geração de valor.

Melo Neto e Fróes (2002) explicam que empreendedorismo social difere do empreendedorismo de negócios em dois aspectos: primeiro, por não produzir bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais e, em segundo lugar, porque é direcionado não somente ao mercado, mas para segmentos populacionais em situação de risco social, como a exclusão social, a pobreza e o risco de vida.

Já para Elkington e Hartigan (2008), citados por Rigueiro (2014), não há um consenso capaz de definir com precisão quem é exatamente o empreendedor social, mesmo porque muitas das características desses indivíduos mesclam-se com a descrição de empreendedores privados, como a inovação, a praticidade, a

engenhosidade e o fato de perceberem oportunidades onde nem sempre a grande parcela da população consegue ver.

1.3.1. Características do empreendedor social

O quadro 4, organizado por Silva (2009), apresenta as características e habilidades observadas em um empreendedor social, conforme descritas por pesquisadores da área.

Quadro 4 – Características do empreendedor social

Características / Habilidades	Referência
Cooperativos, visão social, habilidade de comunicação, empáticos, criatividade na solução de problemas reais, forte fibra ética, pragmáticos.	Johnson (2000)
Sinceros, paixão, clareza, confiança pessoal e organizacional, planejamento, habilidade para improviso.	Boschee (2008)
Criativos, líderes.	Melo Neto e Froes (2002)
Inovadores, arrojados, transparentes.	Dees (1998)

Fonte: Silva (2009)

Oliveira (2004) também elenca as características comuns dos empreendedores sociais, destacando que eles apontam idéias inovadoras e veem oportunidades onde outros não percebem, que combinam risco e valor com critério e sabedoria, que estão acostumados a resolver problemas concretos, que são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e que trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social.

Além disso, Dees (2008) e Oliveira (2004) destacam que os empreendedores sociais criam valores sociais através da inovação, pela força de recursos financeiros, tendo em vista o desenvolvimento social, econômico e comunitário.

Na mesma linha de pensamento, Dees (1998; 2008) especifica que o empreendedor social deve atuar com a responsabilidade de mudança no setor social por adaptação de uma missão que sustenta o valor social (não apenas o valor privado). No mesmo sentido, conforme destacado por Silva (2009), o empreendedor

social tem o papel de agente de mudança no setor social, por adotar a missão de gerar e manter valor social (não apenas valor privado). Além disso, deve reconhecer e buscar implacavelmente novas oportunidades para servir a tal missão, engajar-se num processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuo, agir arrojadamente sem se limitar pelos recursos disponíveis, bem como exibir um elevado senso de transparência para com seus parceiros e público e pelos resultados gerados.

1.3.2. Perspectivas para o empreendedorismo social no Brasil

No Brasil, a formação de parcerias entre governo, iniciativa privada e sociedade civil, em especial, promove o surgimento de um novo modelo de gestão social, voltado para a formação de redes e para o desenvolvimento de projetos inovadores com fins sociais, em especial na coordenação das redes solidárias que surgem em torno de questões centrais, tais como o enfrentamento da fome e da miséria ou a superação dos graves níveis de subdesenvolvimento regionais, conforme destacado por Silva (2009).

Muitas organizações não governamentais desenvolvem esse tipo de trabalho no Brasil e são consideradas entidades empreendedoras, na medida em que inovam nos métodos e nas soluções e geram resultados de baixo custo e de grande alcance social. Há também os empreendedores sociais que, de acordo com Menezes (2016), atuam na formação, especialmente no treinamento e na qualificação pessoal, através da criação de pequenas entidades locais de interesse público e sem fins lucrativos. Algumas ações governamentais também podem promover o empreendedorismo social, engajando pessoas que tenham sensibilidade para o problema.

Em médio e longo prazos, os projetos sociais apresentaram propostas mais efetivas, eficazes e eficientes no que se refere à aplicação dos recursos sociais. De acordo com Oliveira (2004), esses projetos apresentam, como possibilidades, a criação de dinamismo e objetividade, assim como resultados sociais de impacto, criam capital social e empoderamento, resgatam a autoestima e a visão de futuro, são dinâmicos e cativantes, além de motivar as pessoas ao engajamento cívico, bem

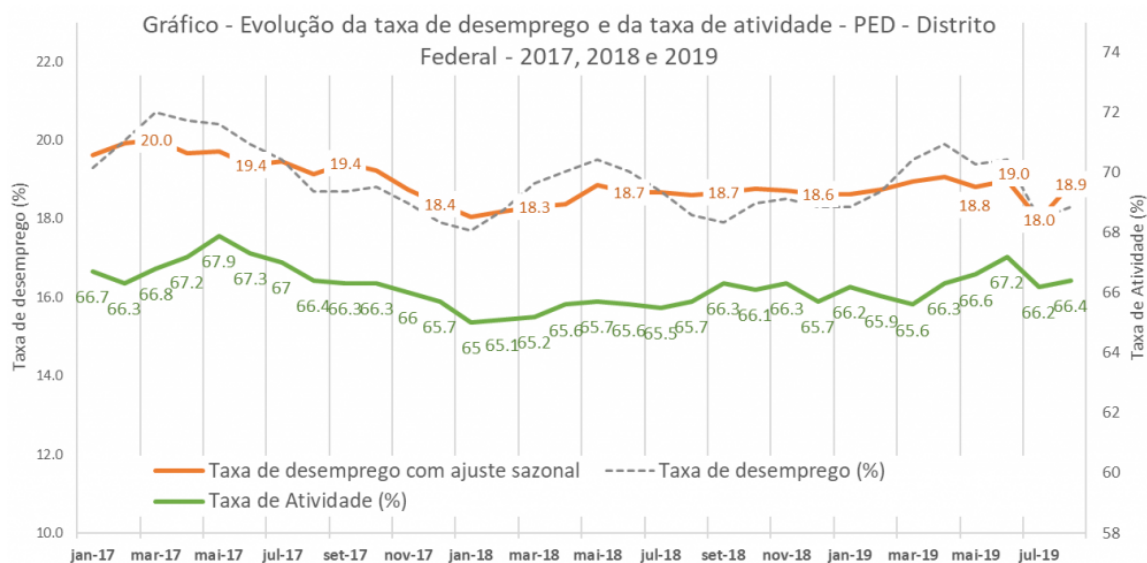
como têm ênfase na geração de novos valores e mudança de paradigmas e utilizam, como pilares de suas ações, a inovação, a cooperação e a criatividade.

2. PESQUISA DOCUMENTAL

2.1. EMPREGO E RENDA NO DISTRITO FEDERAL

Segundo dados divulgados pela CODEPLAN (2019), verificou-se que a taxa de desemprego no Distrito Federal apresentou pequenas variações nos últimos anos, conforme dados do gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de desemprego e da taxa de atividade – PED/DF – 2017, 2018 e 2019



Fonte: Codeplan, 2019.

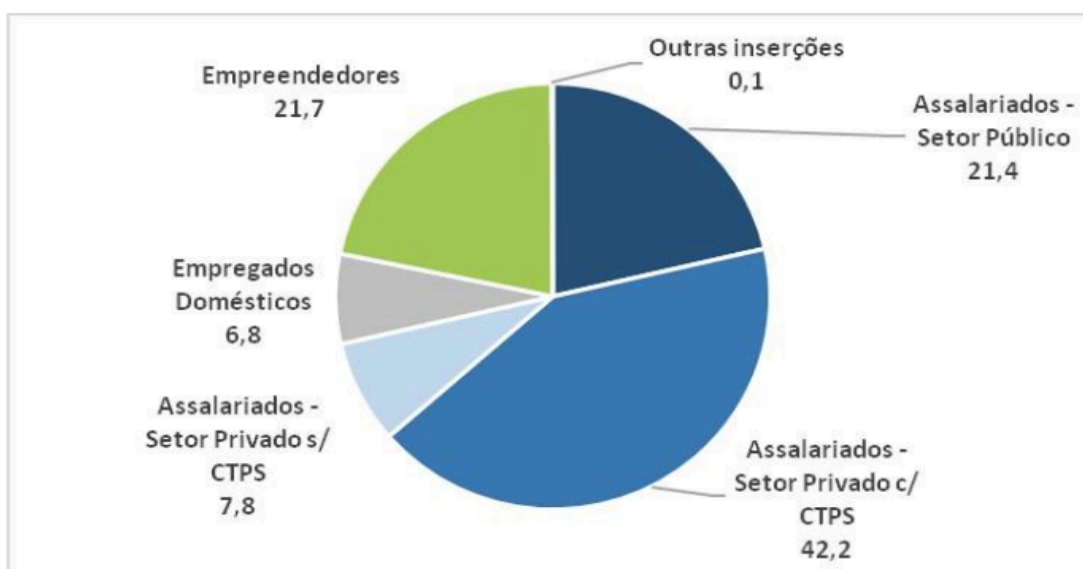
2.1.1. Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF – Empreendedorismo

O Boletim Especial – ano 28 – Sistema de Emprego e desemprego, mercado de trabalho Distrito Federal: Empreendedorismo, cuja publicação traz uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2019, apresenta dados comparativos dos semestres de 2018 a respeito dos níveis de emprego e desemprego no DF, com ênfase na situação do empreendedorismo nesse período.

Na PED, foram considerados como empreendedores as pessoas em situações de trabalho independente, aquelas que não possuem vínculo formal com empregador, que exerçam autoridade para especificar jornadas, padrão de ganhos e normatizações do processo produtivo, ao deter recursos físicos, financeiros e cognitivos para produzir ou prestar serviços finais e/ou inseridos em cadeias produtivas, como provedores de insumos e serviços para empresas.

A proporção dos empreendedores no DF, no primeiro semestre de 2019, foi de 21,7% do total de ocupações, estimando-se um número de 297 mil pessoas, sendo superado apenas pelo segmento de assalariados do setor privado que contavam com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) (42,2%), de acordo com o gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos ocupados segundo formas de inserção Distrito Federal – 1º semestre de 2019 (%)

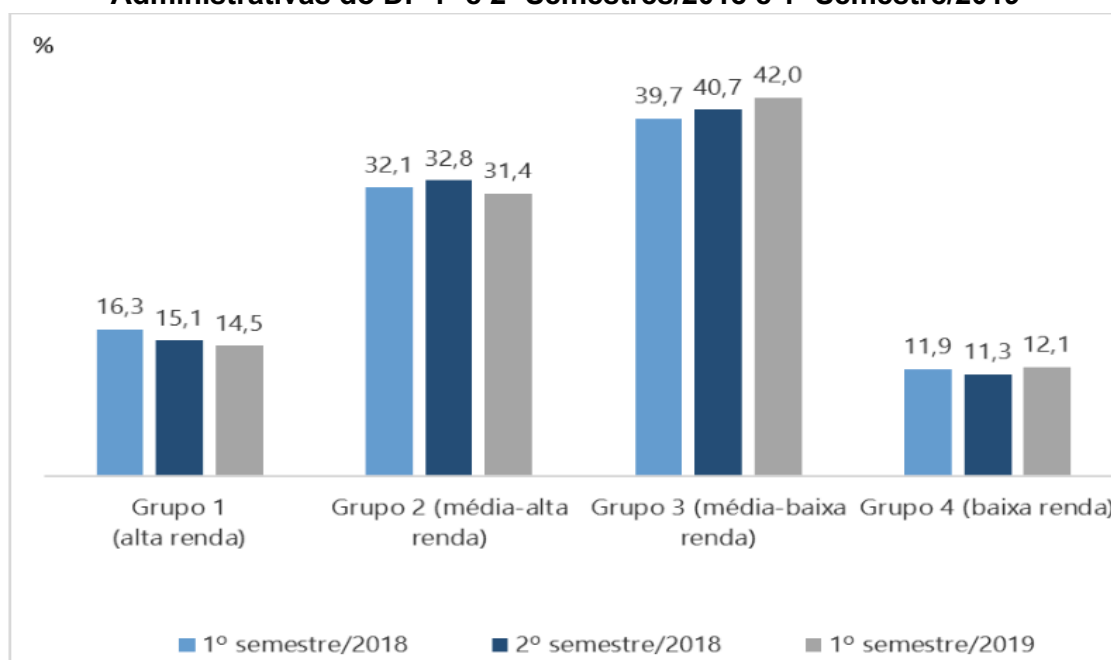


Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.
Elaboração – DIEESE

As atividades empreendedoras estão distribuídas em todo território do DF, com maior concentração no Grupo 3 (regiões de média-baixa renda), além de ter sido somente esse grupo a apresentar evolução ao longo do período, passando de 39,7% no primeiro semestre de 2018 para 40,7% no segundo semestre e 42,0% no primeiro semestre de 2019.

O Grupo 1 demonstrou queda de 16,3% para 15,1% e para 14,5% e o Grupo 4, por sua vez, apresentou relativa estabilidade ao longo do primeiro e terceiro semestres analisados, com variação próxima a 12%, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição dos empreendedores (1), por Grupos de Regiões Administrativas do DF 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019



Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Elaboração – DIEESE

(1) Incluem autônomos, donos de negócio familiar, empregadores e profissionais liberais.

Obs: Grupo 1 (alta renda) – Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul e Park Way e Sudoeste/Octogonal.

Grupo 2 (média-alta renda) - Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. Grupo 3 (média-baixa renda) - Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. Grupo 4 (baixa renda) - Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA – Estrutural e Varjão.

A atividade empreendedora aumentou sua participação principalmente no segmento dos serviços (de 52,4% para 53,2%) e retraiu no Comércio (de 26,8% para 24,8%), comparando-se o primeiro semestre de 2018 e o primeiro de 2019 (tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos empreendedores, setor de atividade Distrito Federal – 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019 (%)

Períodos	Total (2)	Indústria de Transformação (3)	Construção (4)	Comércio; rep. de veículos automotores e motocicletas (5)	Serviços (6)
1º semestre/2018	100	7,1	12,7	26,8	52,4
2º semestre/2018	100	7,5	13,8	24,4	53,1
1º semestre/2019	100	7,4	13,1	24,8	53,2

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Elaboração – DIEESE

1) Inclui autônomos, donos de negócio familiar, empregadores e profissionais liberais.

(2) Inclui Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A); Indústrias Extrativas (Seção B); Eletricidade e Gás (Seção D); Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (Seção E); Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais (Seção U); Atividades Mal Definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

No primeiro semestre de 2019, o rendimento médio real auferido pelos empreendedores foi de R\$ 3.105,00, enquanto entre os assalariados com carteira de trabalho foi de R\$ 2.170,00. Contudo, se forem consideradas todas as classes de assalariados, incluindo os servidores públicos, a remuneração média equivale a R\$ 3.841,00 (tabela 3).

Tabela 3 – Rendimento médio real (1) dos empreendedores, por posição na ocupação Distrito Federal – 1º e 2º Semestres/2018 e 1º Semestre/2019

Períodos e variações	Ocupados, por posição na ocupação							Empreendedores (4)
	Total	Assalariados (2)					Setor Público (3)	
		Total	Setor Privado					
			Total	Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada			
1º semestre/2018	3.531	3.828	1.997	2.058	1.613	8.513	3.343	
2º semestre/2018	3.451	3.769	2.092	2.160	1.676	8.109	3.102	
1º semestre/2019	3.491	3.841	2.096	2.170	1.633	8.361	3.105	
Variação Semestral								
2º sem.18/1ºsem.18	-2,3	-1,5	4,8	5	3,9	-4,7	-7,2	
1º sem.19/2º sem.18	1,2	1,9	0,2	0,5	-2,6	3,1	0,1	
Variação Anual								
1º sem.19/1ºsem.18	-1,1	0,3	5	5,4	1,2	-1,8	-7,1	

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/SETRAB-GDF/CODEPLAN. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

(1) Inflator utilizado: INPC/DF-IBGE. Valores em reais de maio de 2019.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc).

(4) Incluem autônomos, donos de negócio familiar, empregadores e profissionais liberais.

2.2. O PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL

2.2.1. Marco Regulatório

O Programa Fábrica Social foi criado pela Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013, que acrescenta o artigo 8º-A à Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011 e expressa que, entre outras iniciativas, a geração de trabalho, emprego e renda, no âmbito do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria”, seria implementada por intermédio de atividades práticas em oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais, visando à qualificação e à capacitação profissional dos seus participantes.

A Lei nº 5.091/2013 criou também a Coordenadoria de Integração das Ações Sociais, vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 do Distrito Federal, para planejar, programar e controlar as atividades de qualificação, bem como operacionalizar as unidades de formação profissional.

Em seu artigo 3º, a referida Lei determinou também que as atividades de formação e capacitação profissional deveriam ser implementadas em territórios de maior vulnerabilidade social, justificando assim a alocação estratégica do Programa no SCIA, Região Administrativa XXV, limítrofe à Cidade Estrutural, destacada à época por ser uma das regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal.

Na sequência, pelo Decreto nº 34.264 de 05 de abril de 2013, foi regulamentado o artigo 8º-A da Lei nº 4.601/2011, acrescido pela Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013, que dispunha sobre atividades práticas a serem desenvolvidas nas oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais.

Assim deu-se início às atividades do Programa Fábrica Social, destinado à qualificação e à capacitação profissional dos seus participantes, à promoção da inserção social das famílias pobres e/ou em situação de extrema pobreza no Distrito Federal e à realização de atividades de formação de mão de obra apta a desenvolver atividades relacionadas à confecção de uniformes em geral, de materiais esportivos, de jogos

intelectivos, de material didático para realização de atividades lúdicas e outras iniciativas afins, conforme artigo 2º do Decreto nº 34.264, de 05 de abril de 2013.

Logo após a publicação do Decreto nº 34.264/2013, foi publicada a Portaria nº 105, de 21 de agosto de 2013, e alterações, regulamentando o Centro de Capacitação Profissional – Fábrica Social, estabelecendo quais seriam os objetivos da Fábrica Social, como promover a inserção de famílias pobres e extremamente pobres, localizadas nas áreas de maior vulnerabilidade social no Distrito Federal e realizar ações de capacitação e qualificação formadoras de mão de obra relacionadas à “confecção de uniformes em geral, de materiais esportivos, de jogos intelectivos, de material didático para realização de atividades lúdicas e outras iniciativas afins.” Essa Portaria estabelece ainda o público-alvo a ser atendido, os requisitos de acesso ao Programa, a destinação de vagas, o processo seletivo, a atualização dos dados cadastrais dos participantes, a permanência no programa, a frequência, as ausências, a jornada de atividade, a avaliação de aprendizagem, o pagamento do auxílio pecuniário, o certificado, as áreas de capacitação, o material confeccionado (uniformes em geral, materiais esportivos e jogos intelectivos), a distribuição do material confeccionado e a prestação de contas.

Destaca-se ainda a publicação da Portaria nº 112, de 12/05/2020, que institui os valores a serem pagos por Aproveitamento Individual (AAI) aos participantes do curso de Confecção do Vestuário e Acessórios, Construção Civil, Marcenaria, Jardinagem e outros cursos que possuam atividades práticas.

2.2.2. Inserção regional

A Região Administrativa onde se localiza a Subsecretaria de Integração de Ações Sociais compreende o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) e a Estrutural. A Cidade Estrutural tem a sua sociogênese em um contexto marcado pelas mazelas sociais, tendo sido erguida em torno do aterro sanitário do Distrito Federal, para onde os catadores eram atraídos em busca de meios para a sobrevivência. Ao longo dos anos, esses catadores construíram ali os seus barracos

feitos de tapume, papelão, folhas de zinco e restos de materiais retirados do próprio lixão, demarcando espaços de onde retirariam, durante anos, a sua sobrevivência, lugar que receberia o título de “maior depósito de lixo da América Latina”.

Na década de 1990, ampliou-se significativamente a área de ocupação nos arredores do “lixão”, originando a chamada “Invasão da Estrutural”, depois “Vila Estrutural”, pertencente à região administrativa do Guará que, a partir do ano de 2004, passa a fazer parte da Região Administrativa XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), quando o olhar da administração pública volta-se para sua população, a qual girava em torno de 39.015 habitantes até o ano de 2015, a maior parcela composta por mulheres. Conforme dados apresentados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2015, a população da Estrutural é majoritariamente composta por habitantes em condições de produtividade, tendo em vista que, do total de habitantes, 23,85% é composto pelo grupo de 15 a 24 anos e mais de 43,11% estão na faixa etária de 25 a 59 anos. Os idosos, acima de 60 anos, são 5,11%. A população de zero a 14 anos totaliza 27,93%.

Quanto ao nível de escolaridade, a população concentra-se na categoria dos que têm nível fundamental incompleto, 45,21%, seguida pelo ensino médio completo, 16,60%. Os que possuem ensino superior completo, incluindo especialização, mestrado e doutorado, são 1,53%. Analfabetos na região representam 2,55%.

Ainda de acordo com a PDAD, no que se refere à atividade remunerada, a empregabilidade formal, com carteira assinada, contempla 52,74% dos ocupados, enquanto os empregados sem carteira assinada totalizam 8,91% e os autônomos 32,18%. Os setores que mais se destacaram na cidade foram os de Serviços Gerais, 33,64%, Comércio, 26,35% e Serviços Pessoais, 12,87%.

2.2.3. Conceituação

O Programa Fábrica Social consiste em um centro de formação criado para capacitar profissionalmente cidadãos em situação de vulnerabilidade social, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Coerente com

os princípios de inclusão social para combater a miséria e reduzir a pobreza por meio da inclusão produtiva, o Programa Fábrica Social compõe e fortalece, de maneira relevante, as políticas públicas sociais com vistas a inclusão de alunos no mundo do trabalho.

A ideia da Fábrica Social é a evolução adaptada do projeto Pintando a Liberdade, que vigorou a partir de 2003 em todo país, buscando promover a inclusão produtiva de presidiários em módulos de produção de material esportivo, tais como bolas, redes, mochilas, bonés, agasalhos, entre outros. Naquele momento, o projeto favoreceu o atendimento de duas necessidades básicas dos encarcerados: a remissão de pena pelo trabalho – um dia trabalhado reduzia a pena em igual período – e a concessão de benefício social por produtividade como forma garantir que o preso pudesse contribuir na manutenção da família, evitando que seus dependentes incidissem em práticas ilegais. Refere-se também ao Programa Pintando a Cidadania que, em ação semelhante, levava para pessoas em situação de risco social a oportunidade de se inserirem em fábricas de material esportivo, com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes, mediante o pagamento de benefício social por produtividade.

No que se refere ao Distrito Federal, a proposta, inicialmente, intentava suprir uma demanda social criada pelos movimentos de desativação do “lixão” da Cidade Estrutural e, posteriormente, foi ampliada para atendimento aos segmentos mais vulneráveis de todo o Distrito Federal, razão pela qual a Fábrica Social foi instalada próxima à Estrutural, destacada à época por ser uma das regiões mais pobres do Distrito Federal.

A alternativa para a inclusão social foi buscar a inclusão produtiva das pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante a articulação de ações e programas que visassem a inserção no mercado de trabalho, seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária, sobremaneira na oferta de cursos de qualificação social e profissional desses cidadãos.

Nessa dimensão, situa-se o Programa Fábrica Social como locus privilegiado para o desenvolvimento de ações e cursos de qualificação profissional, constituindo-se em aprendizagem para o trabalho, para a geração de emprego e renda, garantindo aos

participantes do Programa a possibilidade concreta de inserção e permanência no mercado de trabalho, com vistas a uma vida digna e satisfatória.

Desde o ano de 2011, quando se instituiu o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria”, o Governo do Distrito Federal assumiu o compromisso de melhorar a qualidade de vida da população, garantir direitos de cidadania e combater a extrema pobreza no Distrito Federal com ações estruturadas nos eixos de garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, geração de emprego e renda.

Partindo do pressuposto de que as ações citadas se articulam com a qualificação profissional de modo a oportunizar ao sujeito superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontra, o Programa Fábrica Social objetiva a promoção de ações de Formação Profissional, com foco nos segmentos mais vulneráveis da população, tendo como meta a garantia de acesso de 1.200 (mil e duzentas) pessoas por ano no Programa.

Em que pese o esforço para adaptação do modelo testado em outros estados e municípios, no Distrito Federal privilegiou-se, equivocadamente, à época da implantação do Programa, a orientação organizacional de uma fábrica tradicional, baseada na gestão do processo de produção e dos resultados (produtos), negligenciando a formação profissional dos participantes do processo, permitindo e incentivando assim o desvirtuamento do Programa, beneficiando até mesmo profissionais já formados, aptos para o mercado de trabalho, dos quais poderia ser dispensada aquela formação.

A concepção gerencial e operacional da Fábrica Social reproduziu, nos dois primeiros anos de atividades, os moldes de uma “fábrica chinesa”, seguindo o modelo “taylorista/fordista” de meados do século XX, e instalou, às luzes de um eufemismo baseado na capacitação profissional, uma lógica de exploração de mão de obra e de precarização das relações trabalhistas, relegando os direitos de trabalhadores em troca da promessa de ganho fácil e jornada de “capacitação” (trabalho) reduzida (4 horas) no chão da Fábrica. Não foi observada, como é recomendada, a orientação por uma proposta didático-pedagógica, de avaliação da aprendizagem e de certificação profissional, aspectos estes essenciais ao desenvolvimento do Programa.

Diante das distorções e dos equívocos cometidos, desde o ano de 2015, deu-se início a reconceitualização do Programa, assumindo uma concepção mais ampliada de formação profissional, favorecendo o desenvolvimento de uma “nova cultura” na operacionalização da Fábrica Social.

Para tanto, o processo de produção passou a ser entendido como meio para alcançar a formação profissional dos alunos e os produtos resultantes do processo ensino-aprendizagem passaram a ser entendidos como materialização do conhecimento adquirido pelos alunos e como itens que retornam à sociedade com valor agregado que beneficia a todos, especialmente os segmentos mais vulneráveis da população, na demonstração de uma política pública que contribui na democratização das oportunidades de capacitação profissional.

Na linha da reconceitualização proposta, deu-se a ampliação dos cursos ofertados, com a compreensão de que entre o público-alvo, muitos não estariam vocacionados à aprendizagem da confecção de vestuário, acessórios e materiais esportivos. Foram abertas assim, com atenção à necessidade formativa e ao atendimento da demanda do mercado à época, vagas para outros cursos, possibilitando a diversificação da oferta no âmbito do Programa.

Nessa direção, corroborando a tese de desenvolvimento de uma política pública autossustentável, verificou-se que, no ano de 2018, foram atendidos 1.549 alunos, distribuídos nos cursos de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos (1.297 alunos), Construção Civil (46 alunos), Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos (45 alunos), Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis (80 alunos) e Marcenaria Criativa (81 alunos).

As atividades práticas dos alunos do curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos resultam em produtos que são doados para administração direta e indireta do Distrito Federal e retornam à sociedade com valor agregado. No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2018, foram produzidos 50.792 (cinquenta mil, setecentos e noventa e dois) itens, entre camisetas, jalecos, camisas privativas, batas fenestradas, blusas, calças, lençóis etc., sendo atendidas 189 (cento e oitenta e nove) unidades da administração pública, dentre as quais merecem destaque os inúmeros hospitais que receberam peças de vestuário

hospitalar, como campos fenestrados, capotes cirúrgicos, lençóis, batas fenestradas, entre outros. Os alunos regularmente matriculados no Programa Fábrica Social recebem auxílio pecuniário mensal constituído pelo somatório dos seguintes benefícios: auxílio por aproveitamento individual (AAI), adicional de incentivo por assiduidade (IA), auxílio alimentação (AA) e auxílio transporte (AT).

Considerando que o pagamento do Auxílio Pecuniário pago mensalmente ao aluno¹ caracteriza-se como um programa de transferência de renda, que favorece a inclusão produtiva de pessoas pobres e/ou em situação de extrema pobreza, constata-se que o Programa Fábrica Social se caracteriza também como política pública de transferência de renda, constituindo-se em uma importante ferramenta para o atendimento da população vulnerável, especialmente as pessoas que trabalhavam no “lixão” da Cidade Estrutural, o qual, após seu encerramento, apresenta possibilidades e desafios para o Programa Fábrica Social, demandando atendimento e capacitação para que esses sujeitos se insiram em outras atividades profissionais ou se habilitem para gerir sua fonte de renda, por meio de cooperativas e de empreendedorismo e associativismo.

A maioria dos alunos inscritos nos cursos da Fábrica Social é composta por mulheres, das quais inúmeras são mães, chefes e, muitas vezes, arrimo de família. Nesse sentido, para que possam permanecer no Programa, necessitam receber, ao longo do processo de formação, o Auxílio Pecuniário, possibilitando-lhes o sustento dos núcleos familiares durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ressalte-se que, para além do simples benefício pecuniário pago aos alunos, existe um conjunto de vantagens advindas das políticas públicas, verificado pela melhoria do bem-estar e pelo aumento da autoestima desse importante segmento social, extremamente vulnerável, oferecendo-lhes a oportunidade de se reconhecerem e serem reconhecidos e respeitados como cidadãos e cidadãs.

Depreende-se, pois, que o Programa Fábrica Social converge políticas públicas de assistência social, de formação profissional, de trabalho, emprego e

¹ De acordo com o Decreto nº 34.264, de 05 de abril de 2013, o Auxílio Pecuniário contempla: I - Auxílio por Aproveitamento Individual – AAI, II – Adicional de Incentivo por Assiduidade – IA, III – Auxílio Alimentação – AA e IV – Auxílio Transporte – AT.

geração de renda, respondendo a uma latente demanda social no atendimento previsto de 1.200 (mil e duzentos) alunos, tanto na qualificação profissional, como na formação social, possibilitando-os uma formação integral.

Sem perder de vista as vantagens que o Programa possibilita ao segmento social atendido, entende-se que a rede de parceiros envolvidos na capacitação profissional, e os órgãos e entidades afins que atuam na qualificação e formação profissional são importantes no apoio a expansão do Programa, reduzindo o ônus que provocaria ao Estado.

Em termos qualitativos, é inquestionável a proporção tomada pelo Programa Fábrica Social, possibilitando aos envolvidos o encaminhamento ao mercado de trabalho, mesmo estando eles em processo de formação, caso se verifique que se encontram suficientemente preparados para a atuação na área em que estão sendo capacitados, em empresas, em cooperativas ou em outras organizações do Distrito Federal e do entorno.

Outra possibilidade que se estabelece no horizonte do Programa Fábrica Social é a de oferecer o apoio para acesso ao crédito produtivo para aqueles que buscarem, pelo estímulo e motivação proveniente da aprendizagem, o empreendedorismo individual e/ou coletivo. Para tal, encontra-se em fase de implementação nesta Subsecretaria o Centro de Empreendimento Econômico e Solidário, junto com um programa de aceleração para trabalhar com startups, a fim de que os alunos formados nos cursos ofertados e empreendedores locais tenham oportunidades de desenvolver na prática e na área os conhecimentos adquiridos no mercado com reais condições de êxito, por meio de *coworking*, atividades de capacitação e assessoria.

2.2.4. Objetivos e organização do Programa Fábrica Social

Conforme estabelecido pela legislação que o orienta, o Programa Fábrica Social tem como objetivo principal qualificar e capacitar profissionalmente cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo a inserção social das famílias pobres

e/ou em situação de extrema pobreza do Distrito Federal por meio de atividades de formação de mão de obra, possibilitando-lhes adquirir habilidades que garantam autonomia socioeconômica e oportunidades concretas de inserção no mercado de trabalho (formal e/ou informal), contribuindo para a obtenção de emprego e renda, de acesso ao crédito, fomentando o empreendedorismo às organizações empresariais, às associações e ao cooperativismo produtivo.

Partindo desse escopo, definiram-se os objetivos específicos do Programa, os quais tem como finalidade oferecer capacitação e qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de cursos e módulos; promover inserção social produtiva por meio da qualificação e capacitação profissional; oportunizar o desenvolvimento de habilidades de gestão, empreendedorismo e economia solidária a pessoas em situação de vulnerabilidade social; desenvolver nos alunos habilidades de trabalho em equipe, relações interpessoais e postura ética no ambiente de trabalho e promover oportunidades de emprego e de renda por meio da formação de mão de obra qualificada.

Conforme a legislação vigente, o Programa Fábrica Social destina-se à população do Distrito Federal em situação de vulnerabilidade social, inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o ingresso de ocorre por meio de edital de seleção, com ampla divulgação na mídia, no site da Secretaria de Estado do Trabalho e no Diário Oficial do Distrito Federal. Após o período de inscrições estabelecido em edital, os candidatos inscritos são classificados em cerimônia de sorteio e os inscritos classificados dentro do quantitativo de vagas realizam matrícula na SIAS.

São previstas 1.200 (mil e duzentas) vagas anualmente, conforme o edital de 2019, das quais 1.000 são destinadas para o curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos, 50 (cinquenta) vagas para o curso de Implementação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos, 50 (cinquenta) vagas para o curso de Marcenaria, 50 (cinquenta) vagas para o curso de Jardinagem e Cultivo de Alimentos e 50 (cinquenta) vagas para o curso de Construção Civil, dentre as quais a) 85% destinam-se à concorrência geral; b) 5% destinam-se a pessoas idosas; c) 5% para pessoas com deficiência e d) 5% para adolescentes em conflito com a lei. Os inscritos não matriculados na primeira chamada passam a compor um banco de reserva, podendo

ser inseridos em novas turmas dentre os cursos ofertados, de acordo com o estabelecido no edital de seleção.

O tempo de permanência do participante no Programa Fábrica Social é estipulado de acordo com a carga horária do curso em que o aluno está matriculado, levando-se em consideração a legislação que rege o Programa.

As atividades dos cursos do Programa Fábrica Social são divididas em turnos de 4 (quatro) horas aula diárias de 50 (cinquenta) minutos cada, podendo se estender a 6 (seis) horas aula, conforme a legislação vigente, distribuídas em aulas teóricas e práticas divididas em módulos, bem como demais atividades desenvolvidas dentro ou fora da Subsecretaria, como, por exemplo, oficinas, palestras, exposições, feiras, eventos de formação, vivência profissional, dentre outros.

2.2.5. Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas

Para promover a formação profissional a que se propõe o Programa Fábrica Social, o itinerário formativo dos alunos é orientado por instrutores e/ou professores nomeados ou disponibilizados por meio de parcerias institucionais firmadas no âmbito do poder público do Distrito Federal e da União e com entidades não governamentais sem fins lucrativos.

Conforme destacado no Projeto Pedagógico do Programa, em todos os cursos ofertados pela Fábrica Social, a estrutura de formação prevê a integração e o desenvolvimento de habilidades básicas, de habilidades específicas e de habilidades complementares. Para isso, a interdisciplinaridade e a transversalidade são os parâmetros norteadores de todos os cursos, levando em consideração o eixo integrador – mundo do trabalho – e os eixos transversais que possibilitam o desenvolvimento individual e relacionamento interpessoal.

A Interdisciplinaridade e a Transversalidade devem ser entendidas como as práticas pedagógicas que desenvolvem a troca de conhecimento entre as diversas áreas do conhecimento e o entrecruzamento de temas que integram as áreas

convencionais de modo que orientem o desenvolvimento do conteúdo formal. Para Ivani Fazenda (1994), a metodologia interdisciplinar requer:

[...] uma atitude especial ante o conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, incompetências, possibilidades e limites da própria disciplina e de seus agentes, no conhecimento e na valorização suficientes das demais disciplinas e dos que a sustentam. Nesse sentido, torna-se fundamental haver indivíduos capacitados para a escolha da melhor forma e sentido da participação e sobretudo no reconhecimento da provisoriedade das posições assumidas, no procedimento de questionar. Tal atitude conduzirá, evidentemente, a criação das expectativas de prosseguimento e abertura a novos enfoques ou aportes. E, para finalizar, a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve a capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizante e libertador do próprio sentido de ser no mundo. (FAZENDA, 1994, pp. 69-70).

Partindo desse apontamento, um trabalho interdisciplinar aponta para a construção de um ambiente adequado a uma formação participativa, originado na formação do sujeito social, conduzindo-o à articulação entre saber, conhecimento e vivência. Para que isso realmente se concretize, o papel do instrutor/professor é essencial no desenvolvimento do aluno, pois é o instrutor em cada módulo que reconhecerá as necessidades de aprendizagem do aluno e o que a formação profissional pode lhe proporcionar. Assim, adotando uma postura interdisciplinar, o professor envolve e instiga o aluno para as mudanças na busca do saber.

Por outro lado, transversalidade se faz presente no currículo por meio da reflexão e debate de temas relevantes e atuais na sociedade:

Os temas transversais, que constituem o centro das atuais preocupações sociais, devem ser o eixo em torno do qual deve girar a temática das áreas curriculares, que adquirem assim, tanto para o corpo docente como para os alunos, o valor de instrumentos necessários para a obtenção das finalidades desejadas (MORENO in BUSQUETS et al., 2000 p. 37).

Nesse sentido, a organização curricular e a prática pedagógica nos cursos desenvolvidos no âmbito da Fábrica Social levam em consideração o mundo do trabalho como eixo integrador e, como eixos transversais: o Empreendedorismo e negócios, a Cidadania, Ética e Direitos Humanos, e a Educação para a Sustentabilidade.

2.2.6. O mundo do trabalho como eixo integrador do Programa Fábrica Social

De acordo com o Projeto Pedagógico do Programa, o mundo do trabalho é chamado de eixo integrador por estar relacionado às áreas de atuação e diz respeito aos conhecimentos necessários ao desempenho profissional dos cursos eleitos, dando ênfase ao saber-fazer e saber-ser exigidos por postos profissionais ou de trabalho em uma ou mais áreas correlatas. Espera-se que, nas atividades de formação, seja promovida a educação sócio profissional, relacionando-se teoria e prática, de modo a promover uma qualificação pautada na experiência concreta do aluno com a área de atuação do curso escolhido. Cada curso ofertado tem um itinerário composto por módulos ou oficinas práticas obrigatórias para todos os alunos, de modo que, para que possa ser certificado ao final do curso, é necessário que o aluno tenha cumprido todo o itinerário formativo do curso em que estiver matriculado.

Assim como o eixo integrador, os eixos transversais englobam as competências, as habilidades e os conhecimentos gerais essenciais para o mundo do trabalho e para a construção da cidadania, sendo desenvolvidos por meio da abordagem de temas que perpassam todo o curso, contemplando módulos interdisciplinares realizadas ao longo do processo de capacitação e através de parcerias com instituições voltadas à formação de professores, de segurança, de saúde, entre outras.

Dentre as diversas possibilidades de temas que podem ser transversalmente abordados, destaca o Projeto Pedagógico:

- 1) **Cidadania, Ética e Direitos Humanos:** esse grupo de temas relaciona-se ao desenvolvimento integral do sujeito, contemplando as competências e habilidades práticas de relacionamento interpessoal, ao reconhecimento de si mesmo e do outro como sujeitos com direitos e obrigações, tanto no ambiente de trabalho quanto em outros espaços de configuração social. Busca oportunizar ao aluno o entendimento dos princípios de conduta universalmente compartilhados capazes de sustentar o peso da diversidade de culturas, costumes, visões de mundo, convenções e comportamentos próprios das diversas sociedades.

2) **Educação para a Sustentabilidade:** percurso para exercer ações e atitudes de consciência crítica sobre as questões ambientais, construindo possibilidades para se alcançar um modo do ser humano preservar o meio ambiente com a utilização de conceitos e fundamentos sociológicos básicos. O espaço de interação entre distintas visões e interesses, porém em torno de um propósito comum de produtividade e qualidade de vida das pessoas, em que mudanças e transformações devem ocorrer em uma convivência sustentável com os sistemas ecológicos locais, desenvolvendo novas técnicas produtivas, com positivas implicações ética, econômica e social. Nos cursos os alunos serão apresentados a novas dimensões de educação que abarcam criatividade, cultura, economia e tecnologia, relevantes e inovadoras para transformação do ser social e manutenção do ambiente natural, através de ações de reduzir, reutilizar e reciclar.

3) **Empreendedorismo e negócios:** relaciona-se às competências de autogestão, de empreendimento, de trabalho em equipe, dentre outras. Ao se apresentar e discutir esses temas, buscar-se-á estimular e incentivar a formação de gestores, com vistas ao mercado de trabalho e à gestão do próprio negócio. Pretende-se apresentar aos alunos, por meio de parceria com instituições que têm ampla experiência na área de associativismo e cooperativismo e de microcrédito, noções de relações humanas, bem como o conhecimento teórico e técnico para a articulação em busca de apoio de órgãos e entidades profissionais qualificadas, visando à capacitação/qualificação profissional, ao oferecimento de microcrédito e à gestão do próprio negócio, através do desenvolvimento de conhecimentos, competências e de capacidades nas áreas do Cooperativismo, do Associativismo Produtivo, do Empreendedorismo, da Economia Solidária, do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios.

4) **Práticas de prevenção e segurança do trabalho:** este eixo transversal tem como perspectiva noções de segurança do trabalho, bem como práticas de prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de pessoas que morrem em decorrência de acidentes de trabalho ultrapassa o número de dois milhões anualmente. Assim, tendo em vista que o Programa Fábrica Social qualifica e orienta pessoas para o mercado de trabalho, é imprescindível que se discuta sobre o assunto

e que se realizem práticas de prevenção de acidentes, simulações de incêndio e evacuação de edifícios, dentre outras atividades, envolvendo tanto os servidores quanto os alunos dos diversos cursos ofertados.

Todos os temas elencados acima, bem como outros que se apresentam, como, por exemplo, gênero e violência contra a mulher, consumo de drogas e de álcool, suicídio e autoflagelamento, direitos da pessoa idosa, podem ser desenvolvidos transversalmente nos módulos de habilidades específicas, bem como em oficinas, palestras, visitas técnicas e outras atividades realizadas dentro ou fora do ambiente de formação.

2.2.7. Indicadores teórico-metodológicos do programa

Levando-se em consideração que a implantação e o desenvolvimento do Programa Fábrica Social têm como pressuposto sua permanente construção, efetividade e função social no que se refere à capacitação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, sua metodologia, conforme orientado no Projeto Pedagógico, baseia-se nas experiências individuais, possibilitando-lhes a qualificação profissional, considerando que essas pessoas advêm de espaços de relações sociais, econômicos e culturais que lhes possibilitam agregar conhecimentos de vida e de trabalho. Dessa maneira, os cursos ofertados configuram-se como um aparato para ampliação dos saberes, vinculando-os aos conhecimentos formais, sejam teóricos ou práticos, historicamente acumulados. Para tanto, são adotados pelos professores métodos e procedimentos didático-pedagógicos que possibilitam aos alunos construir o conhecimento, levando em consideração suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais. Embora muitos desafios se apresentem, entende-se que a educação profissional apresenta a possibilidade de transformação social do sujeito e do ambiente ao qual pertence.

Assim, a identidade do Programa Fábrica Social é construída ao longo de sua existência, formulando soluções aos desafios encontrados e amparando-se nas relações que são construídas com todos os atores envolvidos, tendo como base os princípios e métodos que devem embasar as ações cotidianas.

Considerando seus princípios e valores como ponto de partida, a práxis pedagógica da Fábrica Social se baseia na relação entre teoria/prática, desenvolvida por meio da interdisciplinaridade e da transversalidade, oportunizando aos alunos conhecimentos teóricos e habilidades práticas, éticas e de relação interpessoal, de modo que sejam capacitados a atender as exigências da sociedade e do mercado de trabalho. Também se pauta no aprofundamento dos conhecimentos do curso escolhido pelo aluno, sem perder de vista o conjunto de informações centrais que permitem a integração de conhecimentos básicos, conhecimentos de gestão e conhecimentos específicos no tratamento multidisciplinar dos problemas apresentados, bem como no incentivo a atitudes relacionadas com a busca criadora da solução de problemas, acentuando a importância da flexibilidade de estruturas mentais que assegurem a receptividade às mudanças e à modificação da conduta técnico-pessoal-social do profissional das diversas áreas contempladas pelos cursos oferecidos pelo Programa.

Nessa perspectiva, por sua concepção social, o Projeto Pedagógico ressalta que a Fábrica Social reconhece que a relação entre teoria e prática deve orientar todas as ações pedagógicas, tendo em vista que a Educação Profissional assume importante papel ao oferecer oportunidades efetivas de inserção do cidadão no mundo do trabalho, consolidando-se como caminho para a transformação social do sujeito a partir do conhecimento e do trabalho. Além disso, faz parte do escopo filosófico-pedagógico da Fábrica Social o entendimento de que todos os conhecimentos construídos pelos alunos, seja em sala de aula, em atividades práticas ou nas demais instâncias da vivência educacional contribuem para a construção e ressignificação de saberes.

Assim, a interdisciplinaridade é uma prática que deve ocorrer em todos os cursos, de modo a promover a superação da visão restrita de mundo, possibilitando ao aluno uma visão complexa da realidade, a partir do entendimento de que todo conhecimento é igualmente importante e que o conhecimento individual se coaduna com o conhecimento universal. Por meio da relação entre as disciplinas e de uma postura ética diante da realidade, o enfoque interdisciplinar desenvolvido nos cursos possibilita o desenvolvimento transdisciplinar do conhecimento, por meio do qual a vivência do espírito de parceria e de trabalho em equipe pressupõe a integração entre

teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, processo e resultado, instrutor/professor e aluno, corroborando a relação entre os diversos fatores que integram o processo pedagógico.

3. PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DE DADOS

3.1. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa, ancorada em um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, em que foram revistas as teorias sobre empreendedorismo e sobre a legislação norteadora do Programa Fábrica Social. As ideias desenvolvidas pelos estudiosos do tema foram cotejadas com o Projeto Pedagógico do Programa, de modo a identificar como o conhecimento sobre empreendedorismo é desenvolvido nos cursos.

Para Gil (1999), a pesquisa tem como principal objetivo encontrar solução acerca das adversidades encontradas através de metodologia científica. Segundo o mesmo autor, a pesquisa descritiva pode ser conceituada como “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Gil (2002) define a pesquisa bibliográfica como a elaboração a partir de instrumentos já existentes, compostos essencialmente por livros, artigos científicos e documentos.

Segundo Fonseca (2002), pesquisa documental se assemelha muito à bibliográfica, sendo que a bibliográfica se baseia em materiais mais singulares como livros e artigos científicos, enquanto a documental dispõe de fontes mais variadas como tabelas estatísticas, revistas, relatórios, entrevistas, entre outros.

Considerando ainda que Mattar (1996) define dados primários como dados que ainda não foram coletados, obtidos diretamente com o pesquisador que usa suas vivências com o objetivo de responder a pesquisa que está sendo feita, as fontes mais comuns nos dados primários são pesquisas, pessoas que obtenham alguma informação sobre o assunto pesquisado. Dados secundários são aqueles que já foram colhidos, investigados, analisados e que estão à disposição de quem possa interessar, sendo as fontes mais comuns de dados secundários as publicações, artigos e livros. Sendo assim pretendeu-se encontrar dados para realizar essa pesquisa através de

livros, artigos científicos, relatórios técnicos, pesquisas, sítios eletrônicos, entre outros.

Para esta pesquisa, além do levantamento bibliográfico e documental, foi adotada uma abordagem quantitativa, a qual Creswell (2007) conceitua como o método que usa instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos, o uso de mensuração tanto na coleta de dados, como na sua análise. Richardson (1999) define o método quantitativo pelo emprego da quantificação e o emprego de técnicas estatísticas, usualmente, aplicados nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar relações entre variáveis.

O levantamento de dados foi realizado por *Survey*. Freitas et al. (2000, p.135) o define como a “obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”.

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas. No primeiro momento foi solicitado à SIAS um levantamento de dados sobre o quantitativo de alunos por curso, por faixa etária, por gênero e local de residência, além de informação sobre a média de valores recebidos pelos alunos nos benefícios pecuniários. No segundo momento, foi aplicado um questionário aos alunos do curso de Confecção, Acessórios e Materiais Esportivos que se participaram do processo de produção, durante o ano de 2020, de itens de prevenção à pandemia ocasionada pelo COVID-19. Levando em consideração que os alunos participantes dessa pesquisa não possuíam o mesmo nível de escolaridade e que a pesquisa seria desenvolvida utilizando-se da ferramenta *Google Forms*, optou-se por elaborar o questionário de maneira simplificada, com afirmações sobre empreendedorismo, em que a resposta solicitava apenas que o respondente assinalasse positiva ou negativamente. Embora favorecesse a compreensão e o retorno dos questionamentos, percebeu-se que os dados obtidos não foram suficientes para responder ao problema da pesquisa, motivo pelo qual implementada uma terceira etapa de pesquisa, em que foi elaborado um novo questionário, contendo cinco perguntas de múltipla escolha, encaminhado aos participantes da pesquisa por meio de grupo em rede social, obtendo-se retorno de 141 respondentes. Essa etapa foi importante e necessária, pois permitiu que a análise

estatística dos dados coletados orientasse na compreensão de como a dinâmica do processo de formação empreendedora do Programa Fábrica Social possibilita aos alunos autonomia no processo de empreendedorismo e na percepção da importância de políticas públicas voltadas a esse tipo de formação.

3.2. APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.2.1. Levantamento de dados do Programa Fábrica Social

Objetivando identificar o número de alunos participantes do Programa Fábrica Social no ano de 2020, foi solicitado à Subsecretaria de Integração de Ações Sociais um levantamento de dados referentes aos participantes do Programa, os quais são apresentados abaixo, destacando-se o número de alunos por curso, número de mulheres participantes, Região Administrativa em que residem, nível de escolaridade, além de informações referentes aos valores do auxílio pecuniário, em especial do Auxílio por Aproveitamento Individual.

Quadro 5- Alunos por curso, outubro/2020.

Curso	Quantidade
Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	583
Construção Civil	34
Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos	42
Marcenaria com Madeiras Recicláveis	29
Jardinagem e Cultivo de Alimentos	30
Total	718

Fonte: DICAC – SIAS/ Fábrica Social

Conforme levantamento apresentado pela SIAS, a idade média dos alunos é de 35 anos, sendo que 82,72% são mulheres.

Embora a capacidade de equipamentos e de sala de aula disponíveis, bem como a quantidade de vagas definida em 1.200, distribuídas nos cinco cursos, no ano

de 2020 não houve processo seletivo para o preenchimento total, em virtude da suspensão das aulas decorrente da pandemia ocasionada pelo Novo Corona Vírus, motivo pelo qual o atendimento não chegou a 60% do planejado para ano.

Quadro 6 - Alunos por Região Administrativa

Região Administrativa	Quantidade
Brasília	19
Brazlândia	15
Candangolândia	1
Ceilândia	96
Cruzeiro	1
Gama	9
Guará	23
Itapoã	7
Núcleo Bandeirante	5
Paranoá	32
Planaltina	19
Recanto das Emas	32
Riacho Fundo	18
Samambaia	70
Santa Maria	23
São Sebastião	12
SCIA (Estrutural)	285
SIA	2
Sobradinho	16
Taguatinga	29
Varjão	1
Vicente Pires	3
TOTAL	718

Fonte: DICAC – SIAS/ Fábrica Social

Observando-se o quadro 6, percebe-se que 39,69% dos alunos residem na Estrutural/SCIA, demonstrando que o Programa supre a demanda social de atendimento a pessoas que residem em regiões mais pobres do DF, especialmente aquelas egressas do “lixão” da Cidade Estrutural, seguida por 13,37% em Ceilândia e 10,25% em Samambaia.

O Decreto nº 34.264/2013, que regulamenta o Programa, estabelece em seu artigo 6º, inciso I, que: “A destinação de vagas, prioritariamente, para pessoas domiciliadas na Região Administrativa onde estiver instalado o Centro de Capacitação e Qualificação Profissional”, corroborando a ideia de que a localização do Programa

Fábrica Social é estratégica, relacionando-se à necessidade de atender à população economicamente mais vulnerável.

Tabela 4 – Auxílio Pecuniário 2020 - Fábrica Social

Auxílio Pecuniário – Fábrica Social/2020			
MÊS	QTD. BENEFICIÁRIOS	VALOR MENSAL	MÉDIA MENSAL ALUNO
JANEIRO	684	R\$ 210.431,18	R\$ 307,65
FEVEREIRO	650	R\$ 299.581,27	R\$ 460,89
MARÇO	775	R\$ 242.544,35	R\$ 312,96
ABRIL	811	R\$ 258.753,56	R\$ 319,05
MAIO	744	R\$ 287.557,41	R\$ 386,50
JUNHO	723	R\$ 327.807,94	R\$ 453,40
JULHO	720	R\$ 300.356,85	R\$ 417,16
AGOSTO	719	R\$ 276.466,49	R\$ 384,52
SETEMBRO	719	R\$ 218.576,00	R\$ 304,00
OUTUBRO	718	R\$ 222.764,52	R\$ 310,26
NOVEMBRO	718	R\$ 201.648,79	R\$ 280,85
DEZEMBRO	591	R\$ 189.117,04	R\$ 319,99
TOTAL FOLHA		R\$ 3.035.605,40	
VALOR MÉDIO MENSAL/ALUNO - 2020		R\$ 354,77	

Fonte: DICAC – SIAS/ Fábrica Social

Gráfico 4 – Valor médio mensal do Auxílio Pecuniário 2018, 2019 e 2020, mês a mês.

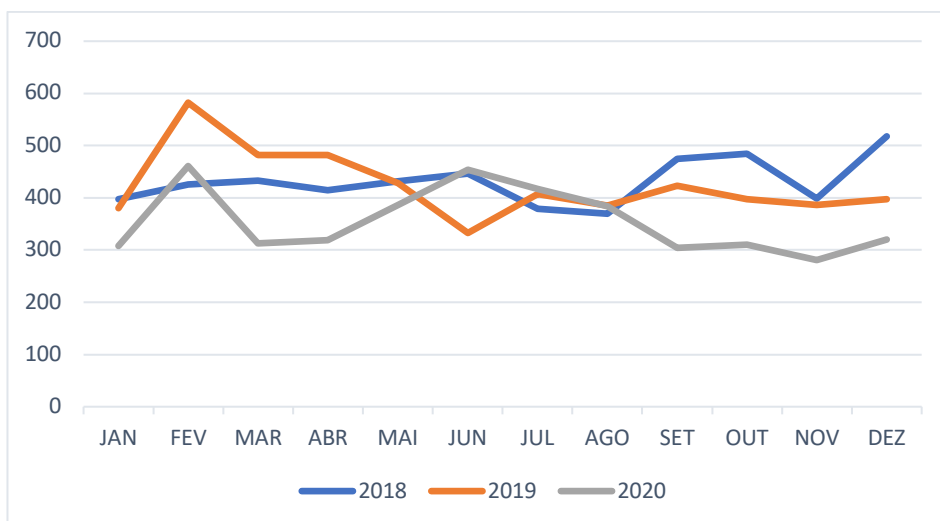
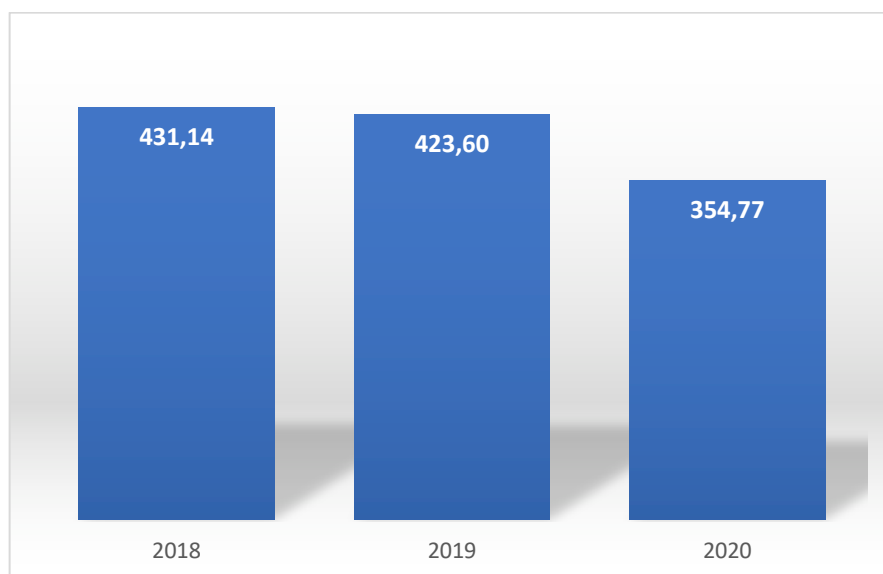


Gráfico 5 – Valor médio mensal do Auxílio Pecuniário 2018, 2019 e 2020



O “auxílio pecuniário” é o valor recebido mensalmente pelo aluno participante do Programa Fábrica Social e é composto por quatro auxílios: alimentação, transporte, aproveitamento individual (produtividade) e incentivo por assiduidade.

Conforme dados constantes na tabela 4, os valores mensais pagos aos alunos no ano de 2020 apresentaram variações significativas, justificadas pela suspensão das aulas, no mês de março de 2020, e em seguida pela produção excepcional de

itens de EPs, por parte dos alunos do curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos.

No comparativo entre os anos de 2018, 2019 e 2020, conforme demonstrado no gráfico 4, no mês de fevereiro houve acréscimo no valor do benefício nos três anos, devido ao recesso de 2 semanas em janeiro.

O valor médio de 2020 apresentou redução de 19,40% em relação a 2019, conforme demonstrado no gráfico 5.

Tabela 5 - Valor médio do Auxílio por Aproveitamento Individual durante a pandemia

Relatório AAI – Pandemia/2020			
MÊS	Nº DE BENEFICIÁRIOS	VALOR DO AAI (Auxílio por Aproveitamento Individual)	MÉDIA MENSAL ALUNO
MARÇO	132	R\$ 12.686,04	R\$ 96,11
ABRIL	188	R\$ 15.121,40	R\$ 80,43
MAIO	210	R\$ 28.464,85	R\$ 135,55
JUNHO	181	R\$ 65.171,00	R\$ 360,06
JULHO	161	R\$ 44.772,50	R\$ 278,09
AGOSTO	151	R\$ 24.458,08	R\$ 161,97
SETEMBRO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTUBRO	44	R\$ 988,20	R\$ 22,46
NOVEMBRO	90	R\$ 2.768,04	R\$ 30,76
DEZEMBRO	36	R\$ 2.692,40	R\$ 74,79
TOTAL AAI			R\$ 197.122,51
MÉDIA NO PERÍODO			R\$ 124,02

Fonte: DICAC/SIAS/SETRAB

Os alunos do curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos que se encontravam aptos à produção, ou seja, que já haviam participado

dos módulos iniciais e conseguiam produzir peças de vestuário, foram convocados, no mês de abril de 2020, a retornarem às atividades, excepcionalmente para produção de itens de EPIs, como máscaras cirúrgicas, máscaras de tecido, toucas cirúrgicas, propés e outros equipamentos, os quais, após serem produzidos, foram distribuídos aos órgãos do GDF e também à população, visando o enfrentamento da pandemia, totalizando 250 mil itens de EPI produzidos e distribuídos no ano de 2020.

De acordo com a tabela 5, os meses de maio e junho, considerados o auge da pandemia, foram os de maior produção. Por outro lado, parte dos alunos concluíram o curso de confecção no mês de maio, reduzindo o número de participantes nos meses subsequentes.

3.2.2. A Pesquisa de Campo

Conforme descrito no capítulo anterior, o instrumento de coleta de dados utilizado consistiu na aplicação de dois questionários estruturados aos alunos participantes do Programa Fábrica Social nos cinco cursos ofertados, aplicados em momentos distintos.

3.2.2.1. Amostra

A amostra foi composta por 159 indivíduos, no primeiro momento, com a aplicação do questionário 1, contemplando 22% do universo de alunos matriculados no Programa no ano de 2020. Um segundo questionário foi aplicado, de maneira complementar, aos 159 alunos participantes da pesquisa, obtendo-se o retorno de 141 respostas, representando 88,67% em relação à amostra inicial e 19,64% do total de alunos. O tamanho final utilizado da amostra pode ser classificado como adequado, uma vez que ultrapassa 10%. A amostra deu-se por acessibilidade, tendo em vista que, devido à suspensão das aulas ocasionada pela pandemia decorrente do Coronavírus, os questionários foram enviados por grupos em rede social (WhatsApp), motivo que resultou em número menor de respondentes.

3.2.2.2. Estruturação dos questionários

O primeiro questionário foi composto por 23 perguntas, dicotômicas, com as opções “sim” ou “não”, levando em consideração a diversidade do nível de escolaridade dos participantes e visando a objetividade, a rapidez e a facilidade de aplicação e do processo de análise. Esse questionário foi dividido em três grupos de dados:

1. Socioeconômicos;
2. Conhecimentos sobre empreendedorismo adquiridos no Programa Fábrica Social;
3. Expectativa/perfil empreendedor.

O segundo questionário, aplicado posteriormente, teve o intuito de estudar, de maneira aprofundada, as questões mais sensíveis da pesquisa, relacionadas às ações de formação empreendedora do Programa Fábrica Social. Para tanto, foi estruturado com cinco questões usando a escala Likert, a qual mede a postura e as opiniões com nível maior de nuance do que as perguntas do tipo “sim” ou “não”.

3.3.2.3. Aplicação dos questionários

Os referidos questionários foram aplicados nos meses de novembro e dezembro de 2020. Para responder aos formulários, os alunos foram abordados de três formas:

1. Pessoalmente, alguns poucos alunos, que se encontravam na Fábrica Social e que foram convocados para produção de itens, acompanhados por servidores da SIAS, responsáveis pela distribuição e recolhimento dos formulários;
2. Ligação telefônica – realizada por servidores da SIAS, responsáveis pela captação das respostas.

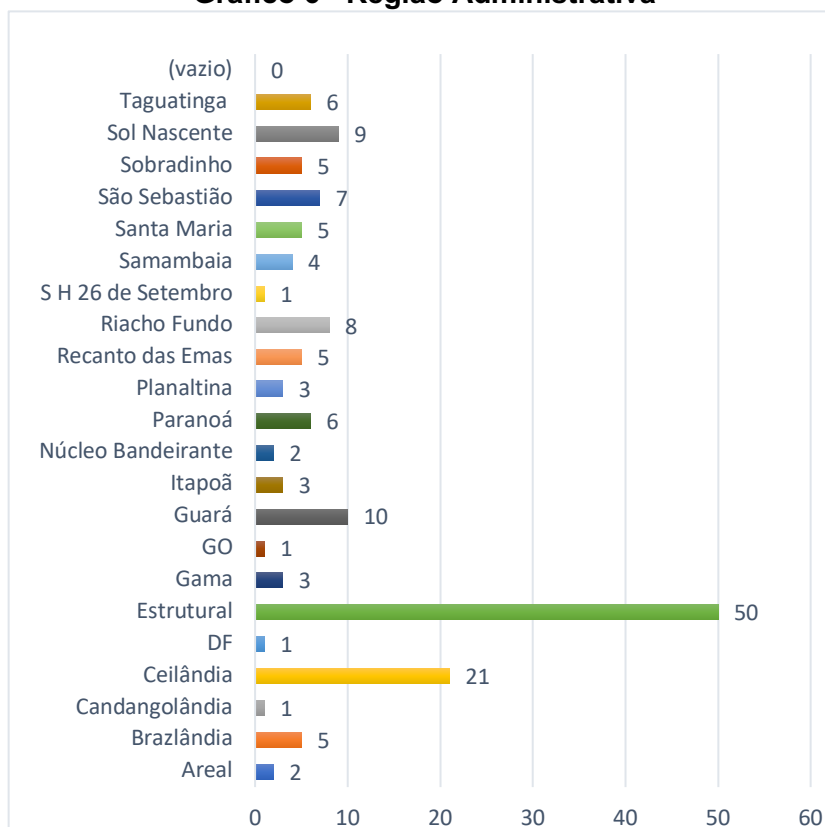
3. Link do questionário na ferramenta eletrônica “Google Forms”, que foi enviado nos grupos de *WhatsApp* das turmas (cerca de 700 alunos).

3.2.3. Apresentação e análise dos resultados

Os resultados obtidos pela análise, a partir dos questionários aplicados na pesquisa de campo e conforme a metodologia de pesquisa descrita, serão descritos a seguir. Para essa apresentação, foram selecionadas as nove principais questões do primeiro questionário (1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 15 e 23) e todas (cinco) do segundo, totalizando 14 perguntas.

3.2.3.2. Perfil Socioeconômico

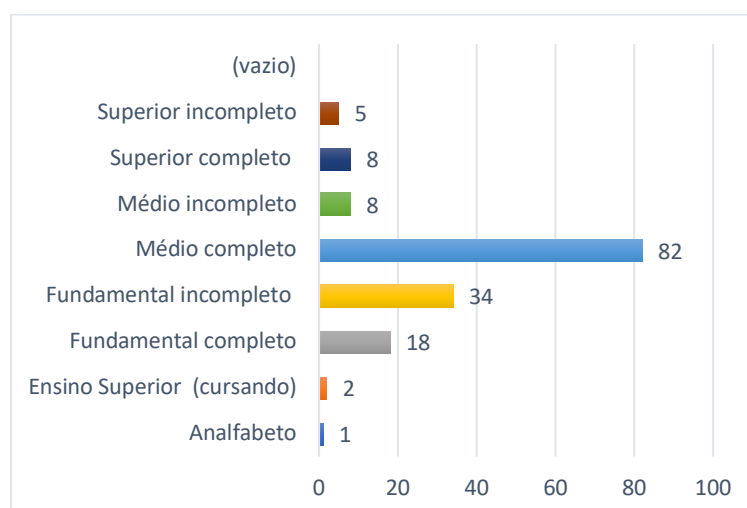
Gráfico 6 - Região Administrativa



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Conforme se observa no Gráfico 6, do total de alunos que participaram da pesquisa, 31,44% residem na Região Administrativa da Estrutural, 13,20% em Ceilândia e o restante nas demais Regiões Administrativas. O fato de a maioria dos alunos residirem na Estrutural e em Ceilândia corrobora as informações apresentadas pela SIAS sobre o número total de alunos.

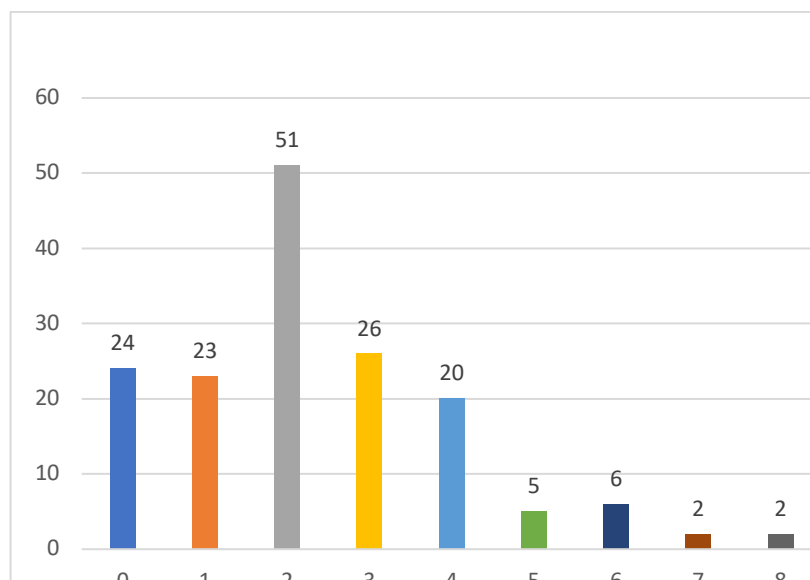
Gráfico 7 - Nível de escolaridade



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Apesar de os participantes caracterizarem-se em situação de vulnerabilidade social, a maioria (51,57%), como pode ser observado no gráfico 7, possui o ensino médio completo, e 8% já concluíram ou estão cursando o ensino superior, o que representa um percentual bastante superior à média nacional de pessoas em condições socioeconômicas semelhantes.

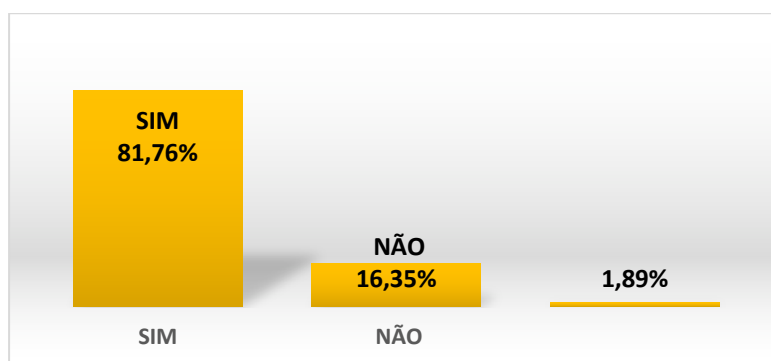
Gráfico 8 – Quantidade de filhos



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o gráfico 8, a maior parte dos entrevistados (70,44%) possui acima de dois filhos, enquanto a média nacional, de acordo com os dados do IBGE, é de 1,94 filho por mulher.

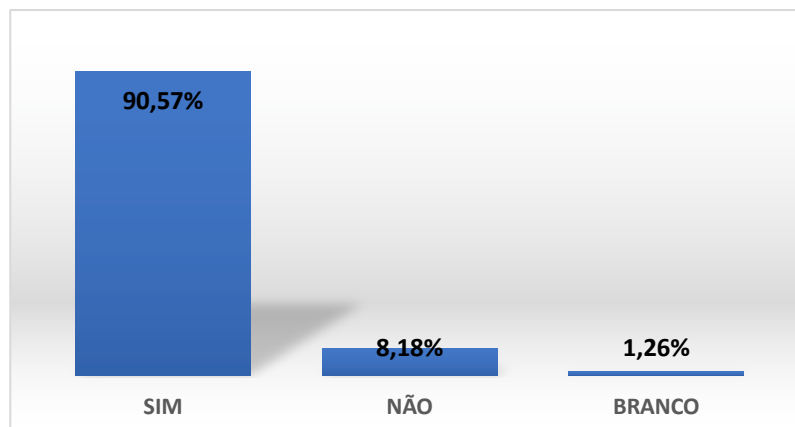
Gráfico 9 – Usuários de políticas públicas de assistência social do DF



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quando questionados se utilizam políticas públicas de assistência social, a grande maioria, 81,76%, disse que sim, de acordo com o gráfico 9. Importante ressaltar que se trata do mesmo público atendido também pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

Gráfico 10 - Você depende de auxílio financeiro do Governo para compor a renda familiar?

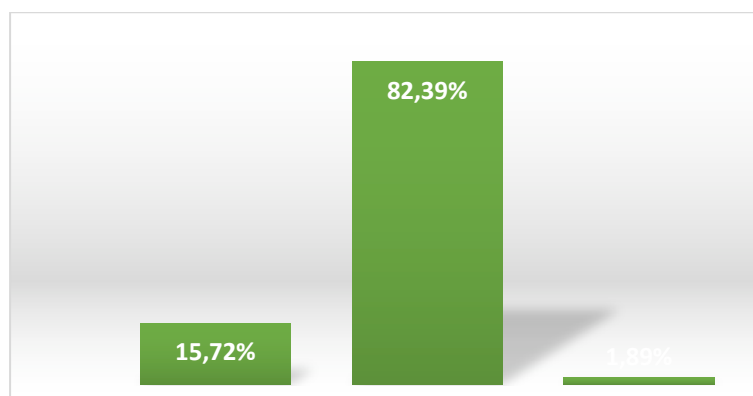


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 10 permite aferir que 90,57% dos entrevistados depende de auxílios do governo para compor a sua renda, como o Bolsa Família, caracterizando-os como pessoas em situação de vulnerabilidade social.

3.2.3.3. Conhecimentos sobre empreendedorismo e o papel do Programa Fábrica Social

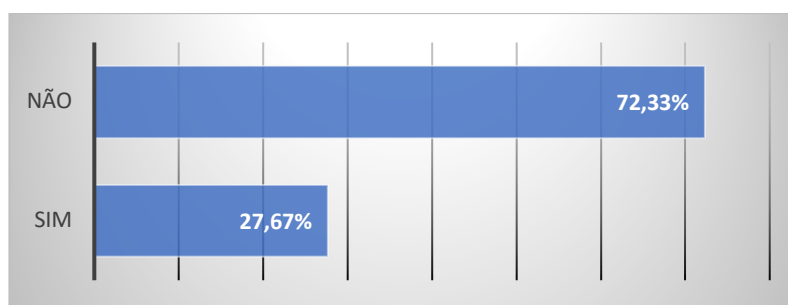
Gráfico 11 – Empreendia/tinha um negócio antes do Programa Fábrica Social



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quando perguntados se empreendiam antes de iniciarem no Programa Fábrica Social, a maior parte dos entrevistados (82,39%) respondeu que não, como mostra o gráfico 11. Esse dado é importante, pois, conforme verificar-se-á, a maioria dos alunos criará expectativas sobre empreendedorismo a partir de sua participação no Programa.

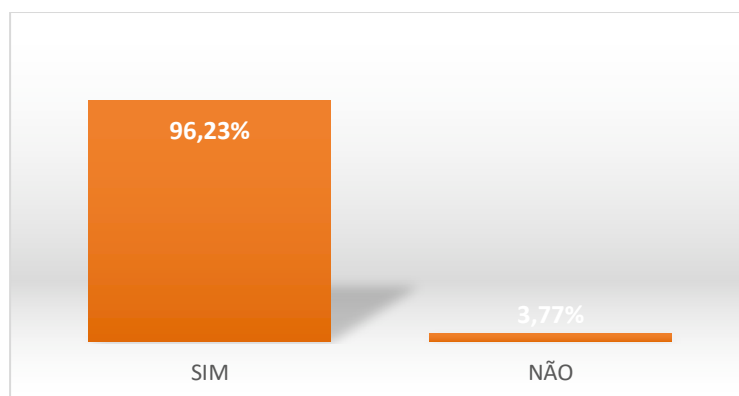
Gráfico 12 - Conhecimento de empreendedorismo antes de iniciar o curso no Programa Fábrica Social



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Notadamente, observa-se no gráfico 12 que, em sua maioria, os participantes não possuíam conhecimento sobre empreendedorismo antes de iniciarem o curso (72,33%), enquanto que apenas 27,67% responderam que “sim”.

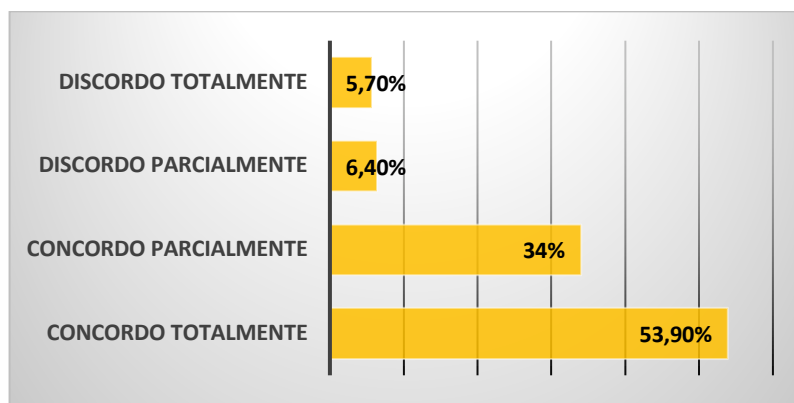
Gráfico 13 – A sua maior dificuldade em empreender é a falta de recursos financeiros para compra de equipamentos/insumos?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao serem questionados se a dificuldade para empreender era a falta de recursos para aquisição de insumos e equipamentos, a grande maioria (96,23%) dos entrevistados afirmou que sim, conforme gráfico 13.

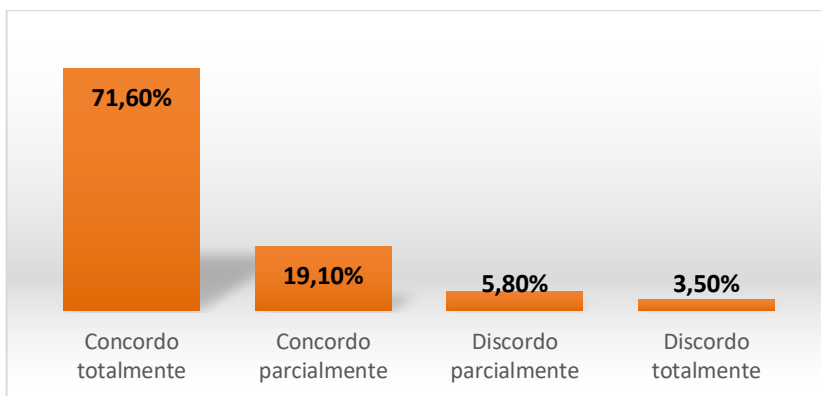
Gráfico 14 - Ao entrar no Programa Fábrica Social, a minha expectativa era ser empresário (a) na área do curso



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Constatou-se, também, que quase 54% dos alunos, ao iniciarem o curso, tinham expectativa de abrir um negócio (gráfico 14), embora não tivessem conhecimento sobre o empreendedorismo, como constata o gráfico 12.

Gráfico 15 - O curso me proporcionou conhecimento sobre empreendedorismo e vontade de abrir meu próprio negócio

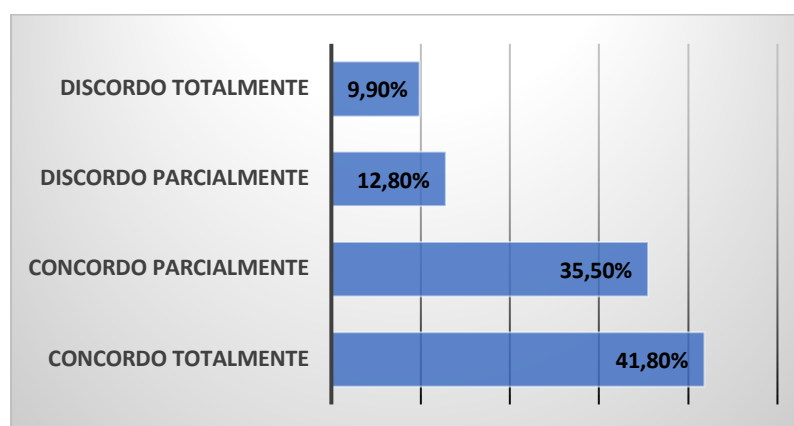


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 15 apresenta uma informação muito relevante para a pesquisa que desenvolvemos. Observa-se que, após terem passado pelo Programa Fábrica Social, a expectativa de abrir um negócio, que inicialmente era de 54%, subiu para 71,6%. Esse dado demonstra que o conhecimento adquirido no curso possibilitou aos alunos criar uma expectativa para empreender.

Outro ponto de destaque é a respeito do conhecimento sobre empreendedorismo, que inicialmente era 27,67 (gráfico 12) e passou para quase 72%, possibilitando uma inferência de que o curso teve uma eficácia no que se refere ao conhecimento sobre empreendedorismo e também como elemento motivador na expectativa de abrir o negócio.

Gráfico 16 - Eu me sinto totalmente preparado (a) para empreender / abrir meu negócio, após ter passado pelo Programa Fábrica Social

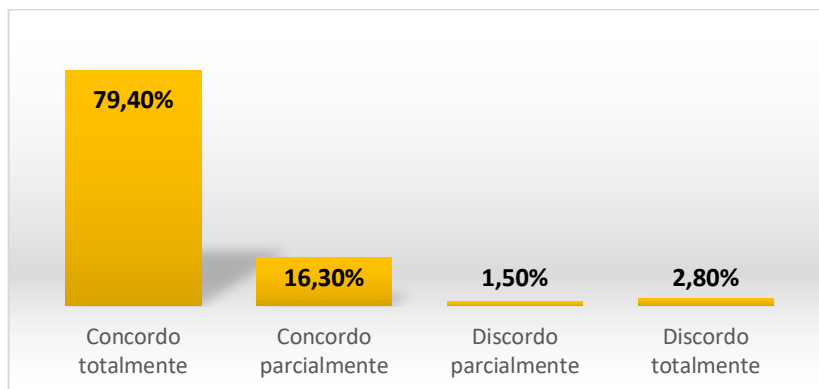


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 16 apresenta também informações relevantes, embora contraditórias, em relação aos dados apresentados anteriormente. Observa-se que o curso proporcionou conhecimentos sobre o empreendedorismo, conforme verificado no gráfico 15, porém houve uma redução de 71,6% para 41,8% em relação à preparação para abrir um negócio. Esses dados possibilitam inferir que, mesmo tendo conhecimento suficiente e estarem motivados para gerir um negócio, nem todos sentem-se preparados para empreender. Ao cotejar essas informações com as apresentadas no

gráfico 13, depreende-se que a falta de recursos financeiros para compra de equipamentos/insumos é um fator preponderante na decisão de não empreender.

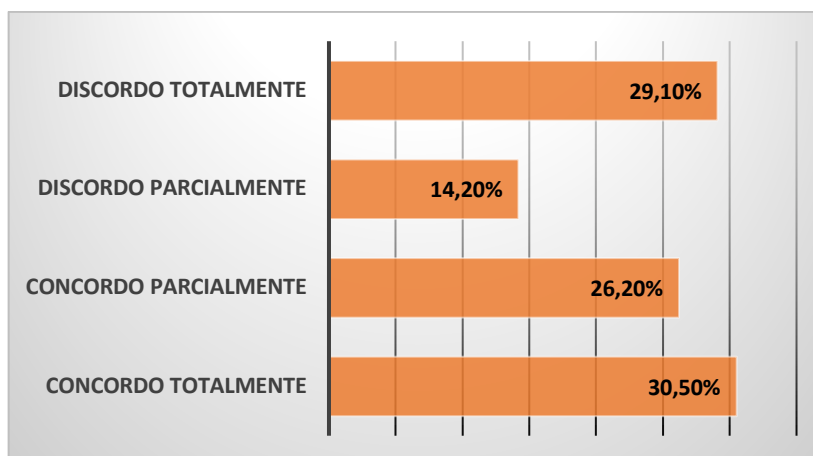
Gráfico 17 - Eu pretendo aperfeiçoar meus conhecimentos fazendo novos cursos na área de empreendedorismo



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 17 comprova que, a partir dos conhecimentos sobre empreendedorismo desenvolvidos no Programa Fábrica Social, os alunos querem ampliar os horizontes sobre o assunto, tendo em vista que praticamente 80% dos entrevistados respondeu que pretende aperfeiçoar o conhecimento na área, significando que o Programa atingiu o objetivo de desenvolver nos alunos o conhecimento e o interesse para conhecer mais e gerar renda a partir disso.

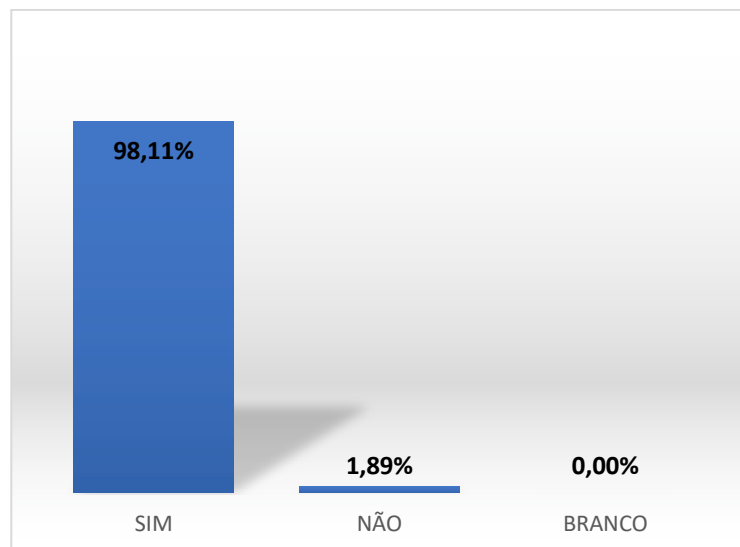
Gráfico 18 - A partir dos conhecimentos adquiridos no Programa Fábrica Social, a minha renda familiar aumentou com a venda de itens produzidos por mim durante a pandemia



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 18 encerra a pesquisa demonstrando que o Programa Fábrica Social possibilita aos alunos condições para que possam gerar renda a partir do conhecimento desenvolvido durante sua participação no Programa. Isso é corroborado pelos dados obtidos no questionamento que procurava saber se a renda foi ampliada a partir dos conhecimentos adquiridos durante o curso e com venda de itens produzidos durante a pandemia. Mais da metade dos alunos (30,5% + 26,2%) afirma que venderam itens a partir dos conhecimentos adquiridos. É importante destacar que esse questionamento se refere à produção e venda de itens fora do Programa. Portanto, dos 141 entrevistados, mais de 70 afirmam ter gerado aumento da renda familiar a partir dos conhecimentos desenvolvidos pela participação no Programa Fábrica Social.

Gráfico 19 - Você acredita que o Programa Fábrica Social é um incentivo para as pessoas se desenvolverem e gerarem renda?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Os dados do gráfico 19 permitem constatar que os alunos veem o Programa Fábrica Social como um potencial formador profissional e para o empreendedorismo, bem como fator de inclusão social produtiva, comprovando que o Programa, ao alcançar os objetivos propostos em sua criação, dentre os quais destaca-se o de possibilitar aos participantes a geração de renda por meio da qualificação para o trabalho e para o empreendedorismo, consolida-se como política pública que, embora necessite de constantes atualizações e adequações aos cenários, conforme percebido no ano de 2020, devido à pandemia decorrente do novo Coronavírus, tem um papel fundamental na formação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial no que se refere à educação empreendedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou identificar as ações do Programa Fábrica Social na formação empreendedora. Para tanto, foram apresentados os principais conceitos e características sobre empreendedorismo, empreendedorismo social, educação empreendedora, a partir de uma revisão de literatura. Constatou-se que o empreendedorismo, no Brasil e no mundo, tem sido uma prática decorrente, principalmente, da dificuldade de absorção de profissionais pelo mercado de trabalho formal, haja vista a comprovada influência que exerce no desenvolvimento social e econômico de uma região.

Destacou-se, ainda, neste estudo, o papel do empreendedorismo social, que traz em sua essência a inclusão social, a partir de um pensamento em olhar não apenas para a atividade lucrativa do negócio, mas possibilitar a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Busca-se a solução de problemas sociais, por meio do empoderamento dos cidadãos, com a inclusão sócio produtiva, geração de renda e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

No decorrer do trabalho, percebeu-se que, nas atividades de capacitação e ensino, a educação empreendedora tem sido apontada como uma das formas mais eficientes de se criar e difundir a cultura empreendedora e a formação de novos empreendedores. O empreendedor não pode ser apenas compreendido como um indivíduo que nasce com vocação para empreender, mas sim como uma pessoa que possui um conjunto de características que o levam a ser empreendedor, as quais podem ser aprendidas. Assim, o desenvolvimento do empreendedor é um processo de construção de valores, atitudes e comportamentos, relacionados à capacidade de inovar, de correr riscos, de gerir os recursos sociais e econômicos a fim de transformar os desafios em oportunidades.

A realização desta pesquisa encontrou algumas limitações, dentre as quais destacam-se duas. A primeira refere-se à ausência de dados documentados sobre os egressos no que tange à ação empreendedora e empregabilidade após a participação no programa. Embora a estrutura da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais preveja uma gerência de egressos, até a realização deste trabalho não se dispunha

de dados que documentassem casos de egressos empregados ou que empreenderam após a participação no programa. A segunda limitação refere-se ao resultado quantitativo das respostas ao google forms. Os questionários foram enviados para mais de 700 pessoas, apresentado um retorno de respostas abaixo do esperado no delineamento da pesquisa. Embora justifique-se pela acessibilidade dos alunos ao WhatsApp, o baixo número de respostas impossibilitou uma análise abrangente da ação formadora em empreendedorismo.

Ressalvando-se os obstáculos encontrados, a partir do estudo realizado, pode-se perceber a importância na formação empreendedora para os alunos do Programa Fábrica Social. As conclusões apresentadas basearam-se na análise dos resultados obtidos através da pesquisa, tendo como direcionamento as seguintes questões:

As características dos respondentes revelam que a proporção entre homens e mulheres é bem distante (17,28% e 82,72%), tendo a idade média dos alunos de 35 anos.

Os resultados evidenciam que a maior parte dos entrevistados residem em Regiões Administrativas mais carentes do DF, especialmente na Estrutural. Essa informação confere com os achados da pesquisa documental realizada na SIAS. Paralelamente, outras questões foram levantadas, para definição do perfil sócio econômico dos alunos, como nível de escolaridade, número de filhos, se são usuários das políticas de assistência social, se recebem outros benefícios financeiros do governo. Com apontamento desses aspectos, demonstrou-se a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas entrevistados, comprovando que o Programa alcança a missão quanto ao público atendido.

Diante dessa evidência, é importante ratificar a importância de políticas públicas de qualificação profissional voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, as quais promovem a geração de renda e o desenvolvimento econômico local, na medida em que contribuem para a inclusão social, proporcionando a diminuição das diferenças sociais e regionais.

Outro fator importante verificado no trabalho foi o conhecimento sobre empreendedorismo. A grande maioria disse que não possuía, ao entrarem no Programa. É interessante registrar, porém, que, após os conhecimentos adquiridos,

grande parte dos entrevistados criou expectativa de abrirem seus negócios. E quando questionados sobre a vontade de fazer novos cursos na área de empreendedorismo, independentemente do grau de instrução dos entrevistados, a manifestação quanto à importância de aperfeiçoar os conhecimentos foi positiva para praticamente 80% dos respondentes.

Reforça-se aqui a importância de as instituições de qualificação profissional e de ensino proverem uma formação empreendedora aos estudantes que objetivem abrir seu próprio negócio e, paralelamente, de incentivarem os atuais empreendedores a buscarem o aprendizado que servirá de guia para a realidade prática. A educação empreendedora pode contribuir para o sucesso dos negócios, seja na ampliação, na inovação de produtos e processos e/ou até mesmo nos impactos sociais.

No resultado da pesquisa, ficou constatado também o aumento da renda familiar durante a Pandemia, com a venda de itens produzidos, como máscaras de tecido, pelos alunos do curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Material Esportivo. Mais da metade dos entrevistados (56,7%) fizeram negócios e obtiveram aumento da renda familiar.

Segundo dados do Portal do Empreendedor, do governo federal, o ano de 2020 registrou o maior número de microempreendedores individuais (MEIs), se comparado com os anos anteriores. Impulsionados pela crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, os brasileiros estão buscando na atividade empreendedora uma alternativa de renda. O desemprego está levando as pessoas a se tornarem empreendedoras, não por vocação, mas pela necessidade de sobrevivência. Apesar do contexto adverso para os negócios em geral, estão implementando inovação nos processos produtivos para enfrentar a crise.

E, por fim, verificou-se a percepção favorável que os alunos possuem sobre o papel de formação e inclusão sócioprodutiva que o Programa Fábrica Social cumpre.

Consideramos que o objetivo desta investigação foi atingido e ficaram comprovados os efeitos positivos das ações do Programa Fábrica Social na formação Empreendedora dos alunos, bem como na inclusão social e na geração de renda.

Finalmente, sugere-se atualização contínua das políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda, principalmente nas ações de qualificação profissional e social, com o intuito de fornecer aos indivíduos uma formação empreendedora, assim como de incentivar aqueles que já são empresários a buscarem constante atualização de conhecimentos para uma gestão mais profissionalizada do negócio, especialmente a população vulnerável do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, James; STEVENSON, Howard; WEI-SKILLERN, Jane. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**. n. 1, p.1-22, 2006.

BARON, Robert; SHANE, Scott. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Thomson, 2007.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. **Temas transversais em educação**: bases para uma formação integral. Trad. Cláudia Schinling. São Paulo: Ática, 2000.

CAMPELLI, Magally Geovana Ramlow. et al. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 133-151, 2011.

CODEPLAN. **Pesquisa de Emprego e Desemprego/DF** – fevereiro de 2019 – Taxa de desemprego avança para 18,7%. [S.l.], 27 mar. 2019. Disponível em: <<http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/2019/03/27/informe-ped-fevereiro-de-2019-taxa-de-desemprego-avanca-para-187/>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**, Boletim Especial Empreendedorismo. Ago. 2019. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Boletim-Especial-Empreendedorismo-PED-DF-2019.pdf>>. Acesso em 18 set. 2020.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**, Mercado de Trabalho no Distrito Federal. Nov. 2020. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim-PED-DF-Novembro2020.pdf>>. Acesso em 29 de dez.

_____. **Pesquisa Distrital por amostragem de domicílios**, dados de 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Estrutural.pdf>.

CRESWELL, John. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: ____ **Uma estrutura para projeto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap.1.

DAVIDSSON, Per. **Researching Entrepreneurship**. NJ: Springer, 2005.

DEES, J. Gregory. **O significado de empreendedorismo social**. Escola de Graduação em Administração (Graduate School of Business). Universidade de Stanford (Stanford University), 1998. Original em Inglês: <http://www.gsb.stanford.edu/services/news/DeesSoцентrepPaper.html>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Trabalho. Subsecretaria de Integração de Ações Sociais. **Projeto Pedagógico**. Brasília: SETRAB, 2019. Publicado no DODF n. 172, de 10 de setembro de 2019.

_____. **Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011**. Institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/68845/Lei_4601.html#art1_inclV>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, que institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/73955/Lei_5091_03_04_2013.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Decreto 34.264, de 05 de abril de 2013**. Regulamenta o art. 8º-A da Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, acrescido pela Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013, que dispõe sobre atividades práticas em oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/73992/exec_dec_34264_2013.html#txt_6dda85719b9a4e9dda351aedb06e74e3>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Portaria SECOPA/DF nº 105, de 21 de agosto de 2013**. Publica o Regulamento do Centro de Capacitação e Qualificação Profissional - Fábrica Social, nos termos do Anexo a esta Portaria. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74894/secopa_prt_105_2013.html#txt_001101838e4040f1849c194fa58287bd>. Acesso em: 15 jul. 2019

_____. **Portaria SEE/DF nº 112, de 12 de maio de 2020**. Institui valores a serem pagos por Auxílio por Aproveitamento Individual – AAI aos participantes dos Cursos de Confecção do Vestuário e Acessórios, Construção Civil, Marcenaria, Jardinagem e outros cursos que possuam atividades práticas, do Programa Fábrica Social. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/eb57c142c3df4e5cb26393ff57414e39/see_prt_112_2020.html#art1>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

_____. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: Como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor**: Prática e princípios. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: História, Teoria e Pesquisa. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003 (1994).

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas, 1999.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2019**: Relatório Executivo. Brasil: SEBRAE e IBPQ, 2019.

IBGE. Agência IBGE notícias. PIB cresce em 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25921-em-2017-pib-cresce-1-3-e-cheqa-a-r-6-583-trilhoes>. Acesso em 30 de dez. 2020.

_____. Agência IBGE notícias. PIB cresce em 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes#:~:text=Em%202018%2C%20o%20PIB%20\(prodoto,Servi%C3%A7os%20\(1%2C3%25\)..](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes#:~:text=Em%202018%2C%20o%20PIB%20(prodoto,Servi%C3%A7os%20(1%2C3%25)..) Acesso em 30 de dez. 2020

_____. Agência IBGE notícias. PIB cresce em 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

[noticias/noticias/27007-pib-cresce-1-1-e-fecha-2019-em-r-7-3-trilhoes](#). Acesso em 30 de dez. 2020

_____. Agência IBGE notícias. PIB cresce em 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29579-pib-cresce-7-7-no-3-trimestre-de-2020>. Acesso em 30 de dez. 2020

JOHAN, Denise Adriana; KRÜGER, Cristiane; MINELLO, Ítalo Fernando. Educação empreendedora: um estudo bibliométrico sobre a produção científica recente. **Navus, Revista de Gestão e Tecnologia**. Florianópolis, SC. 2018

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**, tradução Márcia Freire Ferreira Salvador. São Paulo: Saraiva, 2010.

MELLO, Cristiane Marques de et al. Do que estamos falando quando falamos empreendedorismo no Brasil? **Revista de Administração da UNIMEP**, v.8, n.3, Setembro / Dezembro – 2010. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/244>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MELO NETO, Francisco de Paula de. FROES, César. **Empreendedorismo social – a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENEZES, Bruno Elias. **O empreendedorismo social como diferencial no desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Nova Alcantara – MA**. Monografia. (Graduação). São Luís. Universidade Federal do Maranhão, 2016.

MOTTA, Jaena Pivetta da; TREVISAN, Marcelo. **Perfil de empreendedores**: Associação de Jovens Empresários de Santa Maria/RS. SEMEAD, 7., São Paulo, 2004.

NASCIMENTO JÚNIOR, Orlando Ramos; DANTAS, Anderson de Barros; SANTOS, Paulo da Cruz Freire dos. **Prospecção do potencial empreendedor**: validação de uma proposta metodológica. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., 2005, Brasília. Anais. Brasília: ANPAD, 2005.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil**: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Curitiba. Rev. FAE, v.7, n.2, pp. 9-18, jul./dez. 2004

_____. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias.** Tese (Doutorado). Franca. Universidade Estadual Paulista - Unesp, 2004.

PEDROSO, José Pedro Penteado; MASSUKADO-NAKATANI, Márcia Shizue; MUSSI, Fabrício Baron. **A relação entre o jeitinho Brasileiro e o perfil empreendedor:** possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo , v. 10, n. 4, p. 100-130, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 ago. 2020.

RIGUEIRO, Inês Cipriano. **Desenvolvimento local sustentável:** Uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo). Coimbra. Universidade de Coimbra, 2014.

SCHAEFER, Ricardo, MINELLO, Italo Fernando. Educação Empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração** [en linea]. 2016, 10 (3), 60-81 [fecha de Consulta 4 de Enero de 2021]. ISSN:. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441747930006>

SILVA, Júlio Fernando; PENA, Roberto Patrus Mundim. **O beabá do ensino em empreendedorismo:** uma Revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 6, n. 2, p. 372-401, mai/ago. 2017.

SILVA, Paulo Cezar Ribeiro da. **Práticas sustentáveis de empreendedorismo social,** 2009. Disponível em: http://craes.org.br/2018/arquivos/artigos/ARTIGOS_PRATICAS_SUSTENTAVEIS_D E_EMPREENDEDORISMO.pdf

TIMMONS, Jeffrey A. **New Venture Creation:** Entrepreneurship for 21 st Century. Chicago, IL: Irvin, 4 th ed. 1994.

ANEXOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL

NOME: _____
DATA: ____ / ____ / ____

Perfil Socioeconômico e Empreendedor: Alunos Fábrica Social

N º	QUESTÃO		
1	Em qual Região Administrativa você reside?		
2	Qual seu nível de escolaridade?		
3	Quantos filhos você têm?		
		SIM	NAO
4	Você utiliza as políticas públicas de assistência social do DF?	()	()
5	Você depende de auxílio financeiro do Governo para compor a renda familiar?	()	()
6	A sua renda é a principal da família?	()	()
7	A renda mensal de sua família é maior que um salário mínimo?	()	()
8	Você depende de transporte público?	()	()
9	Ao entrar no Programa Fábrica Social, a sua expectativa era ser empresário (a) na área do curso?	()	()
10	Você já empreendia/tinha um negócio antes de entrar no Programa Fábrica Social?	()	()
11	Você possuía conhecimentos sobre empreendedorismo antes de iniciar o curso do Programa Fábrica Social?	()	()
12	O curso lhe proporcionou conhecimento sobre empreendedorismo e vontade de abrir seu próprio negócio?	()	()
13	O curso lhe proporcionou conhecimento na área do curso e vontade de abrir seu próprio negócio?	()	()
14	Você se sente totalmente preparado (a) para empreender, após ter passado pelo Programa Fábrica Social?	()	()
15	A sua maior dificuldade em empreender é a falta de recursos financeiros para compra de equipamentos/insumos?	()	()
16	A sua maior dificuldade em empreender é a insegurança em abrir seu próprio negócio?	()	()
17	Você tem interesse em linhas de crédito do GDF para financiamento do seu negócio?	()	()
18	Você tem interesse em abrir um negócio com mais pessoas?	()	()

19	Você pretende aperfeiçoar seus conhecimentos fazendo novos cursos na área de empreendedorismo?	()	()
20	Você acredita que alguns tipos de negócios não combinam com a sua vida pessoal?	()	()
21	Você acredita que só conseguirá se aprimorar pessoal e profissionalmente se propuser metas mais ousadas?	()	()
22	Você concorda com a seguinte afirmação? “Sei que todo empreendimento envolve riscos. Sempre avalio o que pode dar errado. Planejo-me para o sucesso, mas também para o fracasso.”	()	()
23	Você acredita que o Programa Fábrica Social é um incentivo para as pessoas se desenvolverem e gerarem renda?	()	()

QUESTIONÁRIO 2 - COMPLEMENTAR

1. Ao entrar no Programa Fábrica Social, a minha expectativa era ser empresário (a) na área do curso.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

2. O curso me proporcionou conhecimento sobre empreendedorismo e vontade de abrir meu próprio negócio.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

3. Eu me sinto totalmente preparado (a) para empreender / abrir meu negócio, após ter passado pelo Programa Fábrica Social.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

4. Eu pretendo aperfeiçoar meus conhecimentos fazendo novos cursos na área de empreendedorismo.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

5. A partir dos conhecimentos adquiridos no Programa Fábrica Social, a minha renda familiar aumentou com a venda de itens adquiridos por mim durante a pandemia.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente